

Sumário

Número de notícias: 39 | Número de veículos: 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo projeta R\$ 26 bi com desoneração 4

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relatório fiscal dá maior tranquilidade ao Copom antes da próxima reunião 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita esclarece exclusão do ICMS do PIS/Cofins 8

CNN BRASIL ONLINE
ANFIP

Promessa de campanha de Lula, discussão sobre isenção do IR para salários até R\$ 5 mil será retomada só em 2026, dizem fontes 9

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxa das blusinhas antes do previsto 10

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Varejistas antecipam cobrança de taxa sobre compras de até US\$ 50 11

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal libera consulta ao terceiro lote do Imposto de Renda hoje 12

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre hoje consulta ao 3º lote de restituições 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Greve do INSS pode afetar revisão de gastos do governo 14

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Liberados R\$ 2,3 bi em atrasados do INSS 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro diz que, se há fraude no BPC, "vamos combater" 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo vai à Justiça contra greve de servidor do INSS 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente do INSS nega erro na previsão de despesas do órgão 20

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Proposta de super-reguladores expõe as falhas da supervisão (Editorial) 22

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ação na Justiça e corte de salário de grevistas 24

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Operação contra fraude em benefícios do INSS 25

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça libera R\$ 2,3 bi para aposentados e pensionistas 26

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Pesquisa mostra que 95% desconhecem senha do Meu INSS 27

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamentos do INSS começam amanhã. veja calendário completo - FALANDO DE
APOSENTADOS 28

AGÊNCIA BRASIL - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Oferta do governo é rejeitada e categoria fará greve 30

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SERVIDOR PÚBLICO

TCU pagará R\$ 1,12 bi de penduricalho retroativo 31

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entrega da tributária entra nas negociações do texto que repactua dívida dos Estados -
COLUNA DO ESTADÃO 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria precisa de "Plano Safra" e de juros menores, afirmam líderes do setor 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Precisamos conquistar mercados com tecnologia" 37

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo ensaia correção de rota - VERA MAGALHAES 39

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto sobre compras internacionais pode começar a ser cobrado sábado 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Injustiça social - ALEXANDRE GARCIA 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O esforço para controlar as contas públicas é de todos (Editorial) 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Compras internacionais já podem ter "taxa das blusinhas" 43

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Privilégios estão por todos os lados (Artigo) 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Nenhum país é governável coma mentalidade gasto é vida" 47

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sites internacionais antecipam nova taxaço 51

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - POLÍTICA/NACIONAL/REGIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Presidente Lula considera baixo o percentual cobrado sobre as heranças 52

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cobrança da "taxa das blusinhas" é antecipada 53

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI coloca Brasil entre os piores em investimento 54

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Corte necessário é de R\$ 28 bi 55

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula defende política de valorização do salário mínimo 57

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Commodities pesam e Ibovespa recua 1% 58

Governo projeta R\$ 26 bi com desoneração

MARIANA CARNEIRO E ALVARO GRIBEL / JULIANA GARÇON/RIO

A equipe econômica retomou a expectativa de que a política de desoneração da folha de pagamentos responderá por R\$ 26,2 bilhões em renúncias fiscais (perda de receita) neste ano e espera que a negociação de medidas compensatórias com o Senado ajude a fechar as contas do Orçamento deste ano.

No relatório de receitas e despesas da União do terceiro bimestre, divulgado na segunda-feira, o governo incorporou parte da previsão de renúncias com a desoneração da folha de pequenos municípios ao Orçamento deste ano (perda de R\$ 5,2 bilhões). Isso contribuiu, segundo a equipe econômica, para a redução na projeção das receitas do governo, o que levou à necessidade de contingenciamento.

Em junho, o governo havia divulgado previsão de perda de receita de R\$ 26,3 bilhões com a desoneração. Depois, reviu os cálculos e passou a divulgar números mais próximos à conta do Senado, ao redor de R\$ 17 bilhões - valor que foi reproduzido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em declarações há poucos dias.

Agora, a equipe econômica retomou a cifra inicial, com previsão da Receita de que a desoneração dos municípios represente uma renúncia de R\$ 10,5 bilhões neste ano e a das empresas, R\$ 15,7 bilhões.

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirma que há segurança na Receita no número de R\$ 26 bilhões uma vez que a entrega de declarações, até o último sábado, mostra que as empresas já usufruíram de R\$ 8,2 bilhões neste ano - o que, em termos anuais, deve fazer com que as renúncias cheguem ao valor projetado.

No relatório anterior, divulgado em maio, o governo havia contabilizado o valor total relativo à renúncia das empresas e parcialmente o das prefeituras.

Agora, o governo incorporou o restante da desoneração prevista com os municípios.

Segundo o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, com o acordo, as fontes de compensação de receitas já poderiam ser incorporadas no próximo relatório bimestral, em setembro.

Economistas e analistas do mercado financeiro preveem que o governo precisará fazer novo contingenciamento na revisão bimestral de setembro para fechar o ano dentro do intervalo de tolerância da meta de déficit zero - com um resultado negativo de R\$ 28,8 bilhões.

O QUE É. A desoneração da folha foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra, que juntos empregam 9 milhões de pessoas. A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Para municípios, o benefício reduz a tributação de 20% para 8%.

REVISÃO

R\$ 26,3 bi foi a previsão de perda de receita do governo feita em junho

R\$ 17 bi foi a previsão posterior do Planalto, após revisão de cálculos.

Agora, conta voltou aos R\$ 26,2 bilhões

*

Problema dos gastos são os privilégios, diz Tebet | JULIANA GARÇON/RIO

A distribuição dos cortes nos gastos públicos, que somam R\$ 15 bilhões, será informada em decreto presidencial, na próxima terça-feira, após o relatório bimestral que avalia o comportamento de receitas e despesas, assegurou ontem a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, durante evento no Rio.

"A gente tem uma semana para avisar os órgãos setoriais de quanto vai gastar, de onde vai cortar, de onde vai conseguir e quem vai ter o maior corte", afirmou. "Isso vai ser anunciado na data certa, com decreto presidencial, no dia 30." Na segunda-feira, o Ministério do Orçamento e Planejamento confirmou o congelamento de gastos da ordem de R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 11,2 bilhões em bloqueio em verbas do Orçamento e contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões.

A ministra enfatizou que é preciso fechar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 com meta zero. "Disso depende nós termos uma revisão de gastos da ordem de R\$ 9 bilhões." Indagada sobre como equilibrar a necessidade de corte nos gastos com a

determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de "colocar o pobre no Orçamento", a ministra disse que a resposta é gastar bem o dinheiro público. "O problema dos gastos no Brasil não é o pobre no Orçamento, são os privilégios dos ricos." A ministra afirma que os gastos tributários no País cresceram muito mais do que os gastos com políticas sociais. "Há 10 anos, tínhamos 2% do **PIB** em gastos tributários. Hoje, eles chegam a 5,6%, 5,8% do **PIB**." Tebet também descartou mudança nos reajustes das aposentadorias, embora tenha deixado a porta aberta para eventuais alterações em 2026.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relatório fiscal dá maior tranquilidade ao Copom antes da próxima reunião

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

Os resultados fiscais apresentados pelo governo no relatório de receitas e despesas primárias estão muito longe do ideal, mas atenuam um pouco o risco de ruptura na gestão das contas públicas. As autoridades do governo, a começar pelo presidente Lula, passaram a dar mensagens mais tranquilizadoras.

Tudo isso garante um pouco mais de tranquilidade para o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, que se reúne na semana que vem para decidir os rumos da política monetária.

Em junho, logo após a última reunião, o que estava nos preços do mercado, com maior força, era a possibilidade de uma alta dos juros básicos da economia. Esse risco não foi eliminado, sobretudo num horizonte mais longo, mas é muito improvável que seja feito algo nesta reunião ou sinalizado para a seguinte.

O Banco Central, desde o princípio, evitou corroborar o cenário de alta de juros precificado pelo mercado. Fez isso apresentando seus cálculos: com a Selic estável nos atuais 10,5% ao ano, seria possível cumprir a meta de inflação do ano que vem.

A sinalização não foi, de maneira alguma, uma promessa para a Selic. O recado foi que, se a situação exigisse, o Copom iria retomar o aperto monetário. Mas - de novo - as contas do BC mostravam que isso não seria necessário. Claro, as contas devem ser refeitas, mas a precificação de mercado não coloca de forma significativa a exigência de alta de juros no curto prazo.

Em entrevista ao Valor no fim de junho, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que o fiscal e o monetário padeciam do mesmo mal: os dados correntes mostravam uma situação melhor do que a precificada pelos mercados. Faltava comunicar a coisa certa.

A relativa pacificação dos mercados, que ninguém pode garantir que vai continuar, teve dois momentos. Primeiro, foram os gestos políticos. O Copom mostrou, na decisão de junho, que estava coeso em torno da estratégia de fazer o necessário para trazer a inflação à meta. O presidente Lula, por outro lado, reduziu a

frequência de declarações que colocavam em dúvida o compromisso com o controle das contas públicas e inflação.

Ajudou muito, para apaziguar os ânimos, o período de férias. Campos Neto foi substituído, nas últimas semanas, pelo diretor de política econômica do BC, Gabriel Galípolo, visto como seu provável sucessor. Nesse período, os membros do Copom falaram menos do que o usual, e Galípolo, o principal porta-voz, não se desviou do que havia sido combinado com o resto do Copom.

Na segunda-feira foi a vez de Planejamento e Fazenda oficializarem o que havia sido dito pelos titulares dessas áreas na semana passada. O congelamento de R\$ 15 bilhões foi feito dentro do anunciado, e a discussão nos mercados baixou a bola para os aspectos técnicos do relatório primário de receitas e despesas.

Em entrevista à "GloboNews", o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, colocou o foco no que considera o mais importante: o relatório é "emblemático" porque faz um contingenciamento, ainda que pequeno, que muitos especialistas do mercado achavam improvável. O mercado achava muita coisa impossível meio ano atrás, lembrou ele, e os fatos foram diferentes do previsto. De fato, ninguém esperava a arrecadação forte como ocorreu.

A discussão desce agora para os detalhes dos números. Da mesma forma como os especialistas duvidam que o Copom será capaz de colocara inflação na meta em 2025 apenas com os juros estáveis, praticamente todos estão descrentes com a possibilidade de cumprir o limite superior da meta de déficit primário de 0,25% do PIB neste ano sem um congelamento maior.

Os especialistas do mercado estão descrentes que o governo vai conseguir arrecadar tudo o que previa nas decisões do **Carf**, o conselho administrativo que julga questionamentos de contribuintes sobre pagamento de impostos, e acham que as despesas da Receita Federal estão subestimadas.

Ceron, por outro lado, diz que a negociação com o Congresso em torno da compensação para as desonerações da folha de pagamento não está nas

contas, e pode render R\$ 25 bilhões. Esse dinheiro pode, segundo ele, compensar a perda de receitas ou eventuais aumentos de gastos.

O recado principal é que, se for preciso mais dinheiro para a Previdência e se houver novas frustrações de receitas, serão feitos os contingenciamentos necessários.

Quase ninguém do mercado está certo de que as medidas fiscais vão de fato ser tomadas, mas esse é um assunto que volta apenas em setembro, no próximo relatório de receitas e despesas. Antes disso, em agosto, tem a apresentação do projeto de Orçamento para 2025.

São incertezas que estarão presentes na semana que vem, quando o Copom voltar a se reunir, mas o cenário mais negativo de ruptura não se confirmou. As opções negociadas na B3 dão 93% de chance de manutenção dos juros. Na reunião seguinte, em setembro, essa probabilidade é de 67%.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187936>

Receita esclarece exclusão do ICMS do PIS/Cofins

Beatriz Olivon De Brasília

O contribuinte com decisão judicial final para manter o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins pode pedir, na esfera administrativa, a exclusão do imposto estadual, a partir da data do julgamento da "tese do século" pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O esclarecimento, por parte da **Receita Federal**, consta na Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 206, publicada neste mês.

A **Receita Federal** também esclarece, no texto da norma, que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais é o destacado no documento fiscal - conforme indicado na Instrução Normativa nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022.

A consulta foi proposta por uma empresa que teve decisão judicial desfavorável transitada em julgado em 7 de maio do ano de 2008. O STF julgou a tese e deu ganho aos contribuintes em 16 de março de 2017. O julgamento, um dos casos tributários mais relevantes para a União, teve impacto estimado, na época, de R\$ 250 bilhões.

Na resposta, a Cosit afirma que o entendimento do Supremo no sentido de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da Cofins já foi incorporado aos atos normativos da Secretaria Especial da **Receita Federal do Brasil**.

A partir de 16 de março de 2017, vale o posicionamento sobre a modulação de efeitos fixada pelo STF, conforme a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) indicou no Parecer nº 492, de 2011. Quanto ao pedido de restituição decorrente de pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, a Receita destacou que deve ser observado o prazo de cinco anos.

"É bom para fechar essa página", afirma Thais Shingai, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados, em referência à tese que demorou pelo menos 20 anos para ser julgada só no STF. A solução de consulta é um conforto para que empresas nessa situação apliquem a decisão do Supremo, segundo ela.

Thais destaca que, desde que o STF decidiu pela relativização da coisa julgada - que leva à perda de

validade de decisão quando os ministros se manifestam sobre o mesmo tema de forma contrária-, já era esperado esse efeito.

A advogada afirma que, entre os clientes que acompanhou, nenhum tinha o trânsito em julgado completamente desfavorável, mas alguns tinham decisões que autorizavam excluir o ICMS efetivamente recolhido e não o destacado. Embora tenha decidido o mérito no ano de 2017, o STF só esclareceu qual ICMS deveria ser retirado do cálculo em um novo julgamento, realizado em 2021.

Segundo Felipe Kneipp Salomon, do Levy Salomão Advogados, apesar de já existir um posicionamento da PGFN nesse sentido, ele não vinculava a Receita. Com a solução de consulta Cosit, os auditores fiscais do país passam a ter que observar a orientação, conforme lembra ele. "A solução de consulta é positiva ao alinhara interpretação da Receita à da PGFN e evitar contencioso desnecessário", afirma.

Para Vinícius Caccavali, do escritório VBSO Advogados, essa solução de consulta é importante porque mostra ainda o alinhamento da **Receita Federal** à jurisprudência do STF sobre o efeito das decisões com repercussão geral. O advogado lembra que, por um tempo, a jurisprudência dominante era pela impossibilidade de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, o que pode ter levado a alguns trânsitos em julgado. "A solução de consulta mostra a conformidade da Receita com o que foi definido pelo STF na "coisa julgada", diz.

"Efeito era esperado desde que o STF relativizou a coisa julgada" Thais Shingai

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187936>

Promessa de campanha de Lula, discussão sobre isenção do IR para salários até R\$ 5 mil será retomada só em 2026, dizem fontes

Cristiane Noberto, da CNN Brasília

A discussão sobre a faixa de isenção do imposto de renda para pessoas que ganham até R\$ 5 mil só será retomada em 2026, segundo fontes do governo ouvidas pela CNN .

Apesar de ser uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a leitura dos auxiliares do mandatário é de que o assunto não é uma prioridade até que haja um bom espaço fiscal e ambiente econômico saudável para garantir a sustentabilidade da medida.

De acordo com interlocutores do presidente, a prioridade do governo era a isenção para quem ganha até dois salários mínimos (equivalente a R\$ 2.824 atualmente) - o que foi feito no começo do ano e passará a valer a partir de 2025.

A medida impacta cerca de 15,8 milhões de brasileiros, incluindo empregados, autônomos, aposentados e pensionistas, que não precisarão mais pagar Imposto de Renda sobre seus rendimentos.

Mesmo assim, a promessa de elevar essa faixa de isenção continua mantida até o fim do mandato, mas neste momento o governo busca "espaço fiscal e ambiente econômico saudável" para avançar com outras medidas.

Um interlocutor do presidente disse que o compromisso é para o final do mandato, e por isso, não teria motivos para antecipar.

Na visão de Mauro Silva, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**, a medida caiu no esquecimento do governo. Ele ainda aponta que é necessário corrigir toda a tabela, e não só a faixa de isenção, pois sem esse ajuste, há penalidades em cima da classe média que terá que contribuir mais.

"Existem as promessas do Lula, de que ele quer chegar ao final do mandato com isenção de R\$ 5 mil, mas concretamente ele acaba não se movimentando nesse sentido", diz.

"Então, com a **reforma tributária** e reforma do consumo, deixa o imposto de renda para o ano que vem. Eles só livraram os dois salários mínimos, mexeram só na faixa de isenção, deixando a classe média toda pagando mais imposto e nenhuma sinalização de que vão fazer uma correção gradual para chegar a cumprir a promessa".

De acordo com Isac Falcão, presidente do Sindicato dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal** (Sindifisco Nacional), o aumento do limite isenção da tabela do Imposto de Renda para R\$ 5 mil depende de uma confluência de fatores, como negociação com o Congresso Nacional e uma política de desoneração para os mais pobres, além de tributar os mais ricos.

"Enquanto o Parlamento se mantiver refratário a políticas de promovam maior justiça fiscal, como a redução das renúncias aquelas voltadas à redução de brechas para evasão e elisão de **tributos**, será manter difícil manter os compromissos de equilíbrio fiscal sem prejuízo das políticas voltadas à redução das desigualdades sociais", pontua.

Site:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/promessa-de-campanha-de-lula-discussao-sobre-isencao-do-ir-para-salarios-ate-r-5-mil-sera-retomada-so-em-2026-dizem-fontes/>

Taxa das blusinhas antes do previsto

A taxa de 20% aplicada às compras internacionais de até US\$ 50 feitas em plataformas on-line está prevista para passar a valer em 1º de agosto, de acordo com as regras estabelecidas pelo governo federal. Embora a taxa de 20% só ocorra, de fato, no primeiro dia de agosto, algumas plataformas decidiram antecipar a cobrança do tributo nas vendas a partir deste sábado (27). Entre elas a AliExpress e a Shopee.

Em nota, a AliExpress informou que "todos os pedidos de compras efetuados na plataforma do AliExpress a partir de 27 de julho irão contemplar as novas regras tributárias". A plataforma garantiu que clientes e parceiros serão comunicados nos canais oficiais sobre as próximas etapas.

Em **comunicado** à imprensa, a Shopee destacou que o novo imposto de importação será aplicado no aplicativo a partir de 27 de julho, pois os pedidos feitos na plataforma até esta data terão a Declaração de Importação de Remessas (DIR) emitida a partir de 1º de agosto. "Manteremos a transparência em nossas comunicações com os nossos consumidores, os valores serão calculados e detalhados na finalização da compra. Para os usuários que comprarem dos mais de 3 milhões de vendedores brasileiros, não haverá mudanças", afirmou a Shopee.

A Shein, por sua vez, reforçou que "seguirá rigorosamente a aplicação da legislação". "É importante destacar que a vigência da nova alíquota do imposto de importação (I.I.) será a partir da 0h de 1º de agosto, a partir do registro da declaração de importação à Aduana (DIR)", destaca em nota enviada à reportagem.

Mesmo seguindo a data do governo, a Shein explicou que, na prática, "compras feitas até dois ou três dias antes dessa data poderão ser tributadas com o novo imposto de importação, já que existe um intervalo entre o momento da compra e a declaração à Aduana".

Já Amazon Brasil disse que "os produtos vendidos na Loja de Compras Internacionais de valor até US\$ 50 receberão a nova taxa de 20% a partir do dia 31 de julho de 2024". Ou seja, um dia antes do previsto.

TAXAÇÃO ANTES

Mesmo comprando antes de 1º de agosto, o consumidor poderá pagar os 20% de imposto sobre o

valor total da mercadoria importada. Isso porque o governo federal não levará em conta a data de compra ou de chegada da mercadoria ao país, mas aquela presente na declaração de importação à **Receita Federal**.

Isso ocorre devido ao intervalo entre o momento da compra e a emissão da Declaração de Importação de Remessa (DIR) - que não é feita imediatamente após o fim da transação realizada. Assim, cada plataforma tem um tempo médio para emissão. Vale ressaltar que não há um prazo médio para a emissão. (Metrópoles)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/07/taxa-das-blusinhas-antes-do-previsto.html>

Varejistas antecipam cobrança de taxa sobre compras de até US\$ 50

Brasília - Alegando uma defasagem entre o momento da venda e do registro de declarações alfandegárias, alguns sites de compras no exterior começarão a cobrar no sábado (27) o Imposto de Importação de 20% sobre as compras de até US\$ 50 no exterior.

Oficialmente, a cobrança começa em 1º de agosto.

A AliExpress e a Shopee confirmaram a intenção de cobrar a taxa a partir de sábado.

A Shein só iniciará a cobrança à meia-noite de 1º de agosto. A Amazon ainda não informou a data em que começará a tarifação.

"Tendo em vista o prazo necessário para o ajuste das declarações de importação, de acordo com a nova regulamentação, todos os pedidos de compras efetuados na plataforma do AliExpress a partir do dia 27 de julho irão contemplar as novas regras tributárias", informou a empresa em nota.

"A taxa [de 20%] será aplicada a partir do dia 27, visto que os pedidos terão a DIR [Declaração de Importação de Remessas] emitidas a partir do dia 1º de agosto. Manteremos a transparência em nossas comunicações com os nossos consumidores, os valores serão calculados e detalhados na finalização da compra", explicou a Shopee. A companhia informou que nove em cada dez compras na plataforma são de produtos vendidos por varejistas brasileiros e que a taxa só afetará os 10% de consumidores que compram do exterior.

A Shein informou que seguirá rigorosamente a legislação e só começará a cobrar em 1º de agosto, mesmo com um intervalo entre a venda e a declaração à **Receita Federal**. "A situação prática é de que compras feitas até dois ou três dias antes dessa data poderão ser tributadas com o novo imposto de importação já que existe um intervalo entre o momento da compra e a declaração à Aduana", informou a companhia.

Pelas regras aduaneiras, o Imposto de Importação de 20% incidirá sobre o valor do produto, incluídas cobranças de frete ou de seguro. Os 17% de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado pelos estados desde julho do ano passado nas compras eletrônicas, vão ser cobrados

após somar o valor da compra e o Imposto de Importação.

Histórico - Desde agosto do ano passado, as compras de até US\$ 50 em sites internacionais eram isentas de Imposto de Importação, desde que os sites estivessem inscritos no Programa Remessa Conforme, que garante liberação acelerada da mercadoria. As transações, no entanto, pagavam 17% de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado pelos estados, com as guias sendo cobradas pelos sites ainda no exterior.

No fim de maio, a Câmara dos Deputados aprovou a taxação federal de 20% como uma emenda à lei que criou o Programa Mover, de incentivo à indústria automotiva. O Senado aprovou o texto no início de junho.

No último dia 22, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse que o Fisco ainda aguarda o início da cobrança para estimar quanto o governo deve arrecadar com a taxação das compras no exterior. A projeção, informou Barreirinhas, será incluída na edição de setembro do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, documento divulgado a cada dois meses que orienta a execução do Orçamento. (ABr)

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Receita Federal libera consulta ao terceiro lote do Imposto de Renda hoje

A **Receita Federal** anunciou que a partir das 10h desta quarta-feira (24/07), estará disponível para consulta o terceiro lote de restituição do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) de 2024, que inclui também restituições residuais de anos anteriores. Os contribuintes interessados devem acessar o site oficial da Receita (www.gov.br/receitafederal), e seguir para "Meu Imposto de Renda" e depois "Consultar a Restituição" para verificar se têm valores a receber.

Este lote engloba 6.091.572 restituições, totalizando um montante de R\$ 8,5 bilhões. Destes, R\$ 529.549.606,98 são destinados a contribuintes com prioridade legal, distribuídos entre idosos, pessoas com deficiências graves, professores e outros grupos especificados pela legislação.

A grande maioria das restituições, no entanto, beneficia contribuintes sem prioridade legal, incluindo aqueles que utilizaram a Declaração Pré-preenchida ou escolheram o recebimento via PIX.

O depósito das restituições está programado para o dia 31 de julho, diretamente na conta bancária ou chave PIX informada pelo contribuinte durante a declaração. Caso o crédito não seja efetuado, por exemplo, se a conta indicada estiver desativada, os valores permanecerão disponíveis no Banco do Brasil por até um ano. Os contribuintes podem reagendar o crédito ou resolver pendências por meio do portal BB (<https://www.bb.com.br/irpf>) ou contatando a Central de Relacionamento do Banco do Brasil. Além da consulta pelo site, a Receita disponibiliza um aplicativo para dispositivos móveis.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/24-07-2024-edicao-24878/>

Receita abre hoje consulta ao 3º lote de restituições

LÍLIAN LEITÃO

Apartir das 10h desta quarta-feira (24) contribuintes poderão consultar o 3º lote de restituições do Imposto de Renda 2024. Mais de 6,09 milhões de contribuintes serão contemplados com R\$ 8,5 bilhões. O lote também inclui restituições residuais de exercícios anteriores.

Os pagamentos serão feitos a partir de 31 de junho.

Assim que a consulta do 3º lote estiver disponível, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet e clicar na opção "Meu Imposto de Renda".

Em seguida, basta clicar em "Consultar a Restituição".

A página oferece orientações e os canais de prestação do serviço, permitindo uma consulta simplificada ou completa da situação da declaração, por meio do extrato de processamento, acessado no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC). Caso identifique alguma pendência na declaração, o contribuinte pode retificá-la, corrigindo as informações.

A **Receita Federal** disponibiliza ainda aplicativo para tablets e smartphones que permite consultar diretamente nas bases da **Receita Federal** informações sobre liberação das restituições do IRPF e a situação cadastral de uma inscrição no CPF.

Segundo a **Receita Federal**, 54.241 contribuintes domiciliados no Rio Grande do Sul (RS) foram priorizados e receberão suas restituições neste lote, devido ao estado de calamidade decretado no estado.

Os pagamentos das restituições do IR 2024 serão feitos em cinco lotes, segundo informações da Receita.

O prazo para entrega das declarações começou no dia 15 de março. O quarto 4º lote está previsto para ser pago em 30 de agosto e o 5º lote em 30 de setembro.

MALHA FINA Na consulta o contribuinte também poderá saber se há alguma pendência em sua declaração que impeça o pagamento da restituição, ou seja, se ele caiu na chamada "malha fina".

Para saber se está na malha fina, os contribuintes

também podem acessar o "extrato" do Imposto de Renda no site da **Receita Federal** no e-CAC.

Ao fazer o login, selecione a opção "Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)".

Na aba "Processamento", escolha o item "Pendências de Malha".

O contribuinte poderá verificar se a declaração está na malha fina e verificar qual o motivo pelo qual ela foi retida.

Para acessar o extrato do IR, é necessário utilizar o código de acesso gerado na própria página da **Receita Federal** ou certificado digital emitido por autoridade habilitada.

As restituições de declarações que apresentam inconsistência (em situação de malha) são liberadas apenas depois de corrigidas pelo cidadão, ou após o contribuinte apresentar comprovação de que sua declaração está correta (Com informações do g1).

Valores serão liberados pelo governo a partir do dia 31 de julho

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Greve do INSS pode afetar revisão de gastos do governo

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) acionou a Justiça ontem para pedir a suspensão da greve nacional de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O órgão também vai cortar o ponto dos grevistas, descontando do salário os dias de paralisação. O Executivo decidiu endurecer a postura nas negociações diante do risco de o movimento comprometer as ações de revisão de gastos, cruciais para fechar as contas do Orçamento de 2024 e 2025, e anular os esforços de redução da fila de espera de segurados.

O diagnóstico de que o movimento cresceu nos últimos dias acendeu uma luz amarela dentro do governo. Representantes da categoria, por sua vez, reivindicam o cumprimento de acordos anteriores e melhorias salariais. "A greve é para causar impacto, mesmo. Pressionar o governo a atender o mais rápido possível a reivindicação dos servidores", diz a diretora da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fe-nasps), Viviane Peres.

Segundo a entidade, mais de 400 agências do **INSS**, situadas em 23 estados e no Distrito Federal, estão fechadas ou funcionando de modo parcial. Servidores em regime de tele-trabalho também aderiram ao movimento. O Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** no Estado de São Paulo (SINSSP-BR), que atua na greve em âmbito nacional, estima que cerca de 40% das tarefas dos servidores em teletrabalho foram afetadas pela paralisação.

Site: <https://digital.em.com.br>

Liberados R\$ 2,3 bi em atrasados do INSS

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos Tribunais Regionais Federais (TRF's) mais de R\$ 2,38 bilhões para o pagamento de atrasados a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O maior valor é o do TRF da 1ª Região, com sede no DF e jurisdição em outros estados, com mais de R\$ 836 milhões.

O valor será repassado a quem venceu ações contra o órgão previdenciário para que houvesse a concessão ou a revisão de benefício como aposentadoria, auxílio-doença, pensão de morte e outros.

As quantias serão para pagar as Requisições de Pequeno Valor (RPVs) de até 60 salários mínimos, que equivale a R\$ 84.720 neste ano, a 150,7 mil segurados em mais de 114,6 mil processos que tiveram o pagamento determinado pelos juízes em junho de 2024.

O Conselho afirma que cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos financeiros liberados. Com relação ao dia em que os valores serão efetivamente liberados para saque, o credor deverá consultar o site do TRF de sua região.

A previsão é que o pagamento ocorra em até duas semanas após o início do processamento, que é a etapa na qual se abrem contas na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil em nome dos segurados ou de seus advogados.

Outros processos

Além das ações previdenciárias, o CJF liberou valores para o pagamento de outros processos, que envolvem, por exemplo, ações de **servidores públicos** contra a União por cobrança de verbas salariais.

Ao todo, foram liberados R\$ 2,73 bilhões para quitar dívidas do governo em 181,5 mil processos, com 227,3 beneficiários.

O dinheiro é pago mensalmente pelo governo federal ao Conselho da Justiça Federal, que destina os valores aos Tribunais Regionais Federais de todo o país. Cabe aos TRFs, segundo cronogramas próprios, o depósito dos recursos.

Para saber quando irá receber, o segurado que tem uma ação contra a Previdência pode fazer a consulta no site do tribunal responsável pelo caso. É preciso que a RPV tenha sido liberada em uma data do mês

de maio.

No Distrito Federal, o TRF responsável é o da 1ª Região, e o site para consulta é o trf1.jus.br. O segurado deve informar seu CPF ou OAB do advogado da causa ou ainda o número do processo.

SERVIÇO

CONFIRA O PASSO A PASSO:

Na página inicial, vá em "Processual" e depois em "Consulta Processual"

Em seguida, escolha a opção para fazer a busca e informe um dos números solicitados

Na página seguinte, aparecerá o atrasado

Se for uma RPV, essas siglas estarão no campo "Procedimento"

Se for precatório, estará escrito PRC

COMO SEI EM QUAL DATA VOU RECEBER?

A data de pagamento das Requisições de Pequeno Valor depende de quando o juiz mandou o **INSS** quitar a dívida e de quando ação chegou totalmente ao final.

RPVs são quitadas em até dois meses após a ordem de pagamento do juiz. No caso da RPV de junho, cujo dinheiro está sendo liberado em julho, o pagamento será feito até agosto.

É preciso que, na consulta, apareça um dia do mês de junho.

COMO SEI SE É UMA RPV OU UM PRECATÓRIO?

Ao fazer a consulta no site do TRF responsável, aparecerá a sigla RPV, para requisição de pequeno valor, ou PRC, para precatório. Em geral, o segurado já sabe se irá receber por RPV ou precatório antes mesmo do fim do processo, porque os cálculos são apresentados antes.

QUAL A DIFERENÇA ENTRE PRECATÓRIOS E RPVS?

Os precatórios são ações acima de 60 salários mínimos. Já as RPVs são processos até 60 salários mínimos. Os precatórios são pagos uma vez por ano,

e as RPVs, em até 60 dias após a ordem de pagamento do juiz, chamada de autuação.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17914>

Ministro diz que, se há fraude no BPC, "vamos combater"

CAROLINA NALIN, BERNARDO LIMA E VINÍCIUS NEDER
economia@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA (Dimitrius
Dantas e Geralda Doça) (Colaborou Geralda Doça)

Com o governo sob pressão para reduzir gastos obrigatórios com aposentadorias e Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é dado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, sinalizou ontem que o ministério está disposto a colaborar com a revisão de benefícios junto ao **INSS**.

Ele reiterou que o governo tem como meta o equilíbrio fiscal, mas disse que "quem conhece o presidente do Brasil sabe que não faltará dinheiro para atender aos mais pobres dentro dos programas": -O que ele (Lula) diz é: direito a quem tem direito. Mas, se tem fraude ou alguma irregularidade, nós vamos combater. Fizemos isso com o Bolsa Família e vamos fazer com qualquer outra área social, seja na Previdência seja na seguridade não contributiva -afirmou, após seminário promovido pelo GLOBO, Valor Econômico e Rádio CBN, sobre "Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e novos caminhos para as políticas sociais".

Os gastos com Previdência e BPC subiram R\$ 11,3 bilhões -um dos motivos para o governo congelar as despesas públicas em R\$ 11,2 bilhões esta semana. Reportagem do GLOBO mostrou que o número de atendidos pelo BPC de janeiro a maio já representa 2,4 vezes a média de 2014 a 2022.

Já a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que não são gastos com benefícios sociais como Bolsa Família e BPC que causam desequilíbrios no Orçamento.

-O problema dos gastos no Brasil não é ter os pobres no Orçamento. São os privilégios dos ricos - disse Tebet, no Rio, após encontros ministeriais do G20.

Já para o Orçamento de 2025, o ministério de Tebet precisa que as outras pastas definam, até sexta-feira, a projeção total de receitas, correntes e extraordinárias. Segundo integrante do alto escalão, sem as estimativas o ministério não conseguirá detalhar o limite de recursos a que cada pasta terá direito. O prazo para o envio dos limites estava previsto de 28 de junho a 18 de julho.

Ontem, a Polícia Federal (PF) e a Força-Tarefa Previdenciária deflagraram operação para apurar fraudes em benefícios previdenciários, incluindo falsificação de documentos públicos, abertura de contas fraudulentas na Caixa e desvios de benefícios. Foram cumpridos sete mandados de busca e apreensão. Segundo a PF, as investigações apontam que 11 pessoas se passaram por beneficiários do **INSS** entre 2019 e 2022.

O grupo de criminosos usava documentos falsos para abrir contas na Caixa e solicitar a transferência de benefícios previdenciários. Também foram feitos empréstimos consignados.

Segundo as investigações, pelo menos 49 contas da Caixa e benefícios previdenciários foram fraudados pelo grupo.

Entenda a alta do benefício

Alta expressiva: Em maio de 2022, o total de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, era de 4,7 milhões. Em maio deste ano, subiu para 5,9 milhões. Três anos antes, em janeiro de 2019, esse número era de 4,6 milhões de pessoas.

Viajudicial: No caso das concessões determinadas pelo Judiciário, em 2019, 469 mil dos beneficiários haviam obtido o pagamento dessa forma, universo que chegou a 573 mil em maio de 2022, um aumento de 22%. Em maio deste ano, foi a 776 mil, um crescimento de 35% em dois anos. A aceleração na concessão do benefício ocorreu principalmente por ações na Justiça para garantir o direito a pessoas com deficiência. Atualmente, 658 mil beneficiários com alguma deficiência obtiveram o benefício por meio judicial, enquanto 117 mil idosos conseguiram dessa forma.

Via administrativa: A concessão administrativa incluiu de forma praticamente idêntica pessoas com deficiência e idosos.

Atualmente, são 2,6 milhões de pessoas no primeiro caso e 2,5 milhões de idosos.

Tipode deficiência: A maior parte dos casos é explicada

por autismo, transtornos globais do desenvolvimento, retardo mental moderado, esquizofrenia paranoide e acidente vascular cerebral, segundo o **INSS**.

Reajuste do mínimo: Um dos motivos para a alta das despesas com o BPC é a política de reajuste do salário mínimo, que considera o crescimento da economia de dois anos antes, mais a **inflação**. Antes de 2023, o salário mínimo ficou sem aumento real de 2020 a 2022.

Mudança na lei: Uma lei aprovada em 2020 autorizou o pagamento do BPC para até duas pessoas por famílias. Antes, apenas uma tinha direito ao auxílio dentro do domicílio.

Gastos em alta: De acordo com dados do **INSS**, o gasto com o auxílio no primeiro semestre de 2024 atingiu R\$ 44,076 bilhões, alta de 19,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já o número de concessões do benefício deu um salto de 40% no período, saindo de 786.087 em 2023 para 1,105 milhão.

Corte nas despesas: O aumento desse tipo de gasto com BPC e com benefícios previdenciários, como aposentadoria e auxílio doença, obrigou o governo a fazer um bloqueio de R\$ 11,2 bilhões no Orçamento de 2024 para evitar o descumprimento das regras fiscais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo vai à Justiça contra greve de servidor do INSS

GERALDA DOCA geralda@oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), ingressou ontem com um pedido no Superior Tribunal de Justiça (STJ) solicitando a suspensão da greve nacional de servidores. O governo também vai cortar o ponto dos grevistas, descontando do salário os dias de paralisação.

O Executivo argumenta que os servidores do **INSS** não podem paralisar a prestação de um serviço essencial à sociedade.

O pedido ao STJ ocorre diante do risco de a greve afetar o programa de revisão de gastos com benefícios previdenciários, considerando fundamental para fechar o Orçamento de 2024 e de 2025. Neste ano, o governo espera uma economia de R\$ 9 bilhões como revisão de gastos, sendo a maior parte com a **Previdência Social**. Já em 2025, a promessa é cortar R\$ 25,9 bilhões em gastos obrigatórios, também sendo a maior parte em benefícios do **INSS**.

A Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social afirma que mais de 400 agências da Previdência situadas em 23 estados estão afetadas pela greve, iniciada no dia 10 de julho.

Os servidores cobram melhores condições de trabalho e a incorporação de gratificações ao vencimento básico dos servidores.

O governo, por sua vez, tem apresentado proposta de reajuste de 18%, sendo 9% para 2025 e 9% para 2026.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Presidente do INSS nega erro na previsão de despesas do órgão

Jéssica Sant"Ana e Edna Simão De Brasília

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto, afirmou que a previsão de gastar R\$ 923,1 bilhões com benefícios previdenciários neste ano é factível, assim como atingir a economia de R\$ 9,05 bilhões já estimada no Orçamento com ações de revisão e combate a fraudes. Na segunda-feira, 22, a equipe econômica divulgou o terceiro relatório de reavaliação do Orçamento e, mesmo com o aumento em R\$ 5,3 bilhões da despesa financeira projetada com benefícios do **INSS**, economistas apontaram que a projeção estaria defasada entre R\$ 10 bilhões a R\$ 20 bilhões.

"Não vão se confirmar essas projeções", disse Stefanutto em entrevista ao Valor, um dia após a divulgação do relatório. Ele explicou que, neste segundo semestre, a curva de crescimento da despesa previdenciária vai cair na comparação com os seis primeiros meses do ano, devido à redução da fila de espera.

No primeiro semestre, a autarquia ainda estava concedendo benefícios com meses de atraso e todo o valor devido era pago de uma só vez, corrigido, o que impactou o gasto. Agora, a fila está praticamente zerada - são 1 milhão de requerimentos que entram todo mês e cerca de 350 mil que estão de fato aguardando resposta há mais tempo, mas a maioria há menos de 90 dias. Por isso, segundo o presidente do **INSS**, os benefícios que serão concedidos a partir de julho não trazem os atrasados, ou, no máximo, preveem retroativos de três meses.

Com isso, haverá somente o chamado crescimento vegetativo da despesa, estimado para algo entre 0,17% e 0,20%, e não mais a alta de 0,64%, registrada nos primeiros meses do ano. Outro fator que ajudará a reduzir o crescimento do gasto, disse, foi o fato de o 13º já ter sido pago no primeiro semestre.

Stefanutto também negou a hipótese de que as despesas previdenciárias estejam sendo subestimadas para o governo bloquear menos recursos das outras áreas. "É natural que as projeções sejam revistas. Nunca me pediram para baixar projeção aqui, tanto é que esse mês [no relatório bimestral] eu aumentei, porque tecnicamente era

necessário."

Ainda no relatório, o governo manteve a previsão de economizar R\$ 9,05 bilhões com benefícios previdenciários neste ano. A maior parte dessa economia (R\$ 5,6 bilhões) é esperada devido à implementação do Atestmed (concessão de auxílio-doença via atestado médico digital, sem passar por perícia) e o restante vem de ações de combate a fraudes, cobrança de pagamentos indevidos, devolução de dinheiro parado em bancos, entre outros.

Segundo o **INSS**, o Atestmed gerou uma economia de R\$ 2 bilhões de janeiro a junho e cerca de R\$ 750 milhões foram oriundos das demais ações. Com isso, faltariam cerca de R\$ 6,3 bilhões para serem economizados neste segundo semestre. Stefanutto disse que a cifra é possível se ser alcançada, por dois motivos. Primeiro, porque o Atestmed teve um período de pausa para fechar uma brecha que estava sendo utilizada por fraudadores.

Segundo, porque a revisão neste segundo semestre do auxílio-doença e dos cadastros do Benefício de Prestação Continuada (BPC) não está incluída nessa conta - então, a economia gerada pode ajudar a compensar eventual frustração com as demais ações.

Stefanutto pontuou que é preciso esperar o andamento dos trabalhos para ter certeza de qual economia será gerada com essas revisões. Qualquer número divulgado agora, falou, seria "chutômetro". A tendência é que, no relatório bimestral de setembro, seja possível fazer uma projeção.

O **INSS** já começou a revisão do chamado "auxílio-doença alongado", ou seja, com prazo superior a 90 dias. Pessoas que estão pedindo prorrogação do benefício estão sendo encaminhadas para perícia médica presencial.

Antes, havia a prorrogação automática do benefício por três vezes, o que pode ter induzido a muitos pagamentos indevidos. A previsão é revisar 680 mil benefícios desse tipo até o fim do ano.

Haverá, ainda, a revisão cadastral do BPC, pago a idosos carentes e pessoas com deficiência. Os beneficiários com cadastro atrasado serão notificados

a partir de quinta-feira (25), pelo sistema bancário (quando forem receber o benefício), e terão de atualizar nos Centro de Referência da Assistência Social (Cras) o seu cadastro, provando que sua renda atinge os critérios de elegibilidade do programa. O prazo para regularização será de 45 ou 90 dias, a depender do porte do município. Caso não haja a regularização, o benefício será suspenso, e a pessoa, notificada. Passados 30 dias sem comprovação, o benefício será cortado.

O presidente do **INSS** ressaltou, ainda, que "não tem meta de revisão nem de benefícios para cortar", e que a economia gerada será uma consequência. "O que o presidente da República e o ministro Carlos Lupi pediram foram: dê direito a quem tem direito rápido e não dê direito a quem não tem direito."

Ele reconheceu que a greve de servidores do **INSS**, iniciada neste mês, pode atrapalhar o trabalho da revisão, além de prejudicar o próprio atendimento à população. Porém, a Advocacia-Geral da União (AGU) vai entrar com uma ação na Justiça para garantir o funcionamento mínimo das agências. Segundo Stefanutto, a proposta de reajuste ofertada aos servidores pode estar aquém do que os trabalhadores gostariam, mas, diante da situação fiscal, é uma "boa proposta". "Não vamos tolerar desrespeito a leis", completou. O ponto dos servidores grevistas já está sendo cortado.

"É natural que as projeções sejam revistas. Nunca me pediram para baixar projeção aqui"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187936?page=1§ion=1>

Proposta de super-reguladores expõe as falhas da supervisão (Editorial)

Nas vésperas do recesso do Senado, o governo desferiu um golpe duplo nas pretensões do Banco Central (BC). Em um primeiro movimento, o governo apresentou, na quarta-feira, sua posição a favor da autonomia do BC, como defendida na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 65/2023, mas rejeitou sua intenção de se transformar em empresa pública, defendendo a configuração de uma autarquia. No mesmo dia, o Ministério da Fazenda informou que estuda mudanças no modelo de regulação e supervisão dos mercados financeiros, de capitais e segurador, o que implicaria alterações nas atribuições do BC, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e provavelmente da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc).

Sem acordo em relação à PEC, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) adiou sua votação para depois do recesso. A demora do governo em apresentar sua posição foi motivo de queixa do senador Plínio Valério (PSDB-AM), relator da PEC, que começou a tramitar em novembro. A personalidade jurídica do BC, que gostaria de se transformar em empresa pública, é o principal problema para o governo.

Em meio a isso, a Fazenda tirou da gaveta o projeto de mudar o desenho da regulação e da supervisão do sistema financeiro, com a intenção de colocá-lo em prática no próximo ano. A proposta acabou sendo antecipada com o debate sobre a autonomia. Baseada no modelo "twin peaks", adotado no fim do século passado no Reino Unido e na Austrália, a intenção é redefinir as funções de regulação e supervisão entre o BC e a CVM, que se tornariam super-reguladores com focos diferentes.

Enquanto o BC ficaria responsável pela regulação e pela supervisão predencial do mercado financeiro, de capitais e de seguros, além de cuidar da política monetária, a CVM seria responsável pela supervisão de condutas e proteção ao consumidor nesses mercados. O modelo não mudaria a autonomia operacional do BC, já estabelecida em lei. A Susep seria incorporada ao BC. A Previc poderia entrar no redesenho.

Hoje BC, CVM e Susep atuam no mercado financeiro, de capitais e de seguros, respectivamente, e na

supervisão de condutas e da proteção dos consumidores nesses mercados. Para especialistas, isso cria sobreposições de funções e impede uma atuação mais firme dos órgãos na supervisão sistêmica e no monitoramento de condutas irregulares.

Para especialistas, a proposta de criar os super-reguladores é positiva. O ex-presidente do BC Arminio Fraga disse ao Valor (18/7) que o modelo "twin peaks" é "padrão ouro de arquitetura" do sistema regulatório e de fiscalização do mercado, trazendo foco a essas atividades. Para ele, com o surgimento de instituições financeiras em vários formatos, de conglomerados a fundos, a mudança contribui para a saúde sistêmica, de um lado, e para a proteção dos investidores e integridade do mercado, de outro.

Outro ex-presidente do BC, Gustavo Loyola, também apoia o projeto, confiando na melhora da fiscalização do mercado de crédito como um todo, incluindo os títulos de crédito privado, que estão nas carteiras de fundos mútuos, fundos de pensão e seguradoras, cuja qualidade fica atualmente um pouco fora do radar.

Arminio Fraga defende, porém, uma discussão cuidadosa, e um ponto para o qual sugere atenção especial é o dos orçamentos do BC e da CVM, que, para ele, devem ficar dentro do federal. Até porque as atividades do BC e da CVM nem sempre dão resultado positivo. Basta ver a volatilidade das operações de "swap cambial" do BC, absorvidas pelo Tesouro quando dão prejuízo.

Todos concordam que a proposta, mesmo sendo boa, é complexa e precisaria ser implantada gradualmente, até porque há diferença de cultura entre as autarquias. Mesmo que a ideia demore para ser implantada ou fique pelo caminho, dado o debate técnico e político e a esperada oposição dos **servidores públicos**, os alertas que levantou não podem ser esquecidos. Um deles é que qualquer que seja o sistema de fiscalização e supervisão vigente, precisa de pessoal e recursos. Chama a atenção o caso da CVM, que, em relatório de 2023, registrou que seu orçamento obrigatório foi de R\$ 267 milhões naquele ano e o discricionário, de R\$ 30 milhões, mas arrecadou só com a taxa de fiscalização R\$ 970 milhões, sem contar outras fontes como multas. Tem carência de pessoal e depende de convênios com associações de mercado para dar conta de suas tarefas.

Outra questão é a importância de uma visão abrangente da supervisão e da fiscalização. Como disse Loyola, muito do crédito é atualmente levantado no mercado de capitais, cerca de 30%, e fica de fora da supervisão do BC, prejudicando uma análise sistêmica das carteiras. Nos Estados Unidos, o percentual é de 70%, e a tendência é o Brasil caminhar nessa direção. Dados do BC registram que o estoque de títulos privados emitidos chegava a R\$ 1,06 trilhão em maio, entre debêntures e notas comerciais, e o de títulos securitizados somava mais R\$ 779 bilhões.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187936?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187936?page=1§ion=1)**

Ação na Justiça e corte de salário de grevistas

O governo Luiz Inácio Lula da Silva acionou a Justiça ontem para pedir suspensão da greve nacional de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O órgão também vai cortar o ponto dos grevistas, descontando do salário os dias de paralisação.

O Executivo decidiu endurecer a postura nas negociações diante do risco de o movimento comprometer as ações de revisão de gastos, cruciais para fechar as contas do Orçamento de 2024 e 2025, e anular os esforços de redução da fila de espera de segurados.

Representantes da categoria, por sua vez, reivindicam o cumprimento de acordos anteriores e melhorias salariais. "A greve é para causar impacto. Pressionar o governo a atender o mais rápido possível a reivindicação dos servidores", diz a diretora da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Viviane Peres.

AGÊNCIA DO **INSS** em greve

Operação contra fraude em benefícios do INSS

A Polícia Federal (PF) e a Força-Tarefa Previdenciária deflagraram uma operação para apurar fraudes em benefícios previdenciários do **INSS**, incluindo falsificação de documentos públicos, abertura de contas fraudulentas na Caixa Econômica Federal, e principal mente, desvios destes benefícios.

Foram cumpridos ontem sete mandados de busca e apreensão, expedidos pela 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal.

Segundo a PF, as investigações apontam que um grupo criminoso de 11 pessoas se passava por beneficiários do **INSS** de 2019 a 2022.

Esse grupo usava documentos falsos para abrir contas na Caixa e solicitar a transferência de benefícios previdenciários para essas contas. Também foram realizados empréstimos consignados a partir das contas falsas, aproveitando a margem dos benefícios desviados.

Ao perceberem que seus benefícios não haviam sido recebidos, os beneficiários reais procuraram o **INSS** e descobriram o desvio dos valores para as contas falsas.

Justiça libera R\$ 2,3 bi para aposentados e pensionistas

Nas próximas semanas, 150.754 aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão receber R\$ 2,38 bilhões liberados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). Esses beneficiários ganharam 114.660 ações (incluindo processos coletivos que representam várias pessoas ao mesmo tempo) contra o órgão em junho deste ano e terão direito ao pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), porque já não cabem mais recursos.

As RPVs são indenizações ganhas na Justiça com valores limitados a 60 salários mínimos (hoje, R\$ 84.720). O dinheiro é distribuído pelo CJF a seis Tribunais Regionais Federais (TRFs) do país, para que estes façam os depósitos nas contas dos beneficiários de acordo com cronogramas próprios.

Veja ao lado como consultar se você foi contemplado nesta leva de devoluções.

O volume de recursos destinado a indenizações previdenciárias e assistenciais faz parte de um montante maior - de R\$ 2,73 bilhões - que foi destinado ao pagamento de RPVs a 227.375 cidadãos em todo o país, responsáveis por 181.536 processos diversos movidos contra a União.

DATA DE SAQUE Os segurados do **INSS** - que pediram revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios - representam a grande maioria desses beneficiários.

O dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque deve ser consultado no portal do Tribunal Regional Federal responsável, de acordo com informações do CJF, já que as datas serão definidas por cada um dos tribunais.

Os créditos serão feitos em contas abertas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, em nome dos ganhadores das ações.

Vale destacar ainda que os herdeiros de beneficiários que já faleceram também fazem jus ao pagamento dos atrasados, desde que comprovem legalmente o vínculo familiar.

COMO FAZER A CONSULTA

DOCUMENTOS

Para saber se vai ser contemplado agora com o novo lote liberado pela Justiça, o beneficiário do **INSS** deve acessar o site do TRF de seu estado. Para facilitar a pesquisa na página do tribunal, é preciso ter em mãos o número do CPF, o número do registro da RPV, o número do processo de origem, o número da requisição e/ou o número da OAB do advogado. Nem sempre é preciso informar todos os campos.

BUSCA ON-LINE

No caso do Rio de Janeiro e do Espírito Santo - estados cobertos pelo TRF2 -, por exemplo, os aposentados e os pensionistas devem acessar o link <https://abrir.link/7VaoP>, informar o CPF do beneficiário e preencher somente um dos campos - "nº de registro de precatório ou RPV", "nº do processo de origem" ou "nº da requisição (9 ou 11 dígitos)" - para concluir a consulta.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Pesquisa mostra que 95% desconhecem senha do Meu INSS

Mais de nove em cada dez aposentados e pensionistas (95%) desconhecem suas informações previdenciárias.

Além disso, apenas 5% desse grupo sabem a sua senha de acesso ao Meu **INSS**, revelam os dados da Assessoria Previdenciária do Brasil (APB).

O Meu **INSS** é uma ferramenta do governo federal que conta com mais de 90 serviços disponíveis para aposentados e pensionistas. A plataforma pode ser acessada pelo computador ou pelo celular por meio do site ou do aplicativo disponível para dispositivos com sistemas Android e iOS.

No Meu **INSS** também é possível solicitar diversos serviços e benefícios sem sair de casa, além de enviar documentação digitalizada ou fotografada.

Após realizar uma solicitação, o cidadão também pode acompanhar o andamento do pedido pela plataforma.

Segundo a APB, se por um lado essas aplicações trazem facilidades, por outro podem ser de difícil compreensão para os menos familiarizados com a tecnologia.

- O mais comum é que as pessoas desconheçam até a sua senha de acesso, o que impede que tenham informações sobre suas contribuições previdenciárias, no caso de quem está buscando se aposentar, ou identificar descontos provenientes de empréstimos consignados, entre outros dados que estão disponíveis no aplicativo - explica Pietro Ceccatto, diretor-geral da APB.

MESMO LOGIN DO GOV.BR Para usar o Meu **INSS**, é necessário ter uma conta ativa no portal Gov.br. Com um único usuário e senha, o cidadão pode utilizar todos os serviços públicos digitais do governo federal. Veja no site do EXTRA o passo a passo para recuperar sua senha de diferentes maneiras, pelo link <https://abrir.link/YmJLZ>.

CANAL Beneficiários conseguem acompanhar pedidos ao acessar a plataforma

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Pagamentos do INSS começam amanhã. veja calendário completo - FALANDO DE APOSENTADOS

JOÃO ADOLFO DE SOUZA

O **INSS** vai começar os pagamentos mensais referentes a julho para os seus mais de 39 milhões de beneficiários amanhã, dia 25/7. O Instituto é responsável pelos benefícios previdenciários e o Benefício de Prestação Continuada- BPC/Loas, que tem caráter assistencial. Este último tem cerca de 5,6 milhões de beneficiários, enquanto os previdenciários englobam cerca de 33,4 milhões de pagamentos. Para saber a data exata, é preciso saber o número final do benefício e acompanhar o calendário divulgado todos os anos. Continue lendo e descubra todas as datas referentes ao mês de julho.

Um outro aspecto da organização das datas de pagamento do **INSS** é que elas se dividem pela renda recebida pelos beneficiários.

Dessa forma, quem ganha um salário-mínimo recebe em datas diferentes de quem ganha mais que isso.

É válido lembrar que o último número do benefício é aquele que está antes do traço e dígito verificador.

Por exemplo, no número fictício 123.456.789-0, o último número a ser considerado para consultar a data é o 9.

Os beneficiários podem acessar o Meu **INSS**, através do site ou aplicativo e retirarem o extrato de pagamentos para terem acesso aos valores, datas de pagamento, descontos, dentre outras informações relevantes.

CONFIRA AS DATAS A SEGUIR: Datas para quem recebe um salário-mínimo: Final 1: 25/07; final 2: 26/07; final 3: 29/7; final 4: 30/7; final 5: 31/7; final 6: 01/8; final 7: 02/8; final 8: 05/8; final 9: 06/8; final 0: 07/8.

Datas para quem recebe acima de um salário-mínimo: finais 1 e 6: 01/8; finais 2 e 7: 02/8; finais 3 e 8: 05/8; finais 4 e 9: 06/8; finais 5 e 0: 07/8.

Para quem recebe o BPC, as datas a serem consideradas são as para quem recebe um salário-

mínimo, visto que esse benefício corresponde ao piso salarial apenas.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube João Financeira e meu perfil no Instagram @joaofinanceiraoficial.

"Para quem recebe o BPC, as datas a serem consideradas são as para quem recebe um salário-mínimo"

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12572/24-07-2024.html>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 5

Publicado em 24/07/2024 - 07:07
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira (24) a parcela de julho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 5.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas, com o novo adicional, sobe para R\$ 682,56. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês, o programa de transferência de renda do governo Federal alcançará 20,83 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,2 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário pode consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, está valendo a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 600 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com

mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, 500 mil de famílias foram incluídas no programa em julho, o que representa inclusão recorde para um mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,83 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 371,99.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em agosto.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-5>

Oferta do governo é rejeitada e categoria fará greve

RENAN MONTEIRO/BRASÍLIA

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação (Sinagências) informou ontem que rejeitou a última proposta de reajuste salarial para os funcionários públicos de 11 órgãos reguladores apresentada pelo governo.

Também foi decidida a convocação de uma greve de 48 horas, em 31 de julho e 1º de agosto.

"Servidores de todas as 11 agências reguladoras deverão interromper a prestação de serviços essenciais para o funcionamento da economia, como o controle e fiscalização em portos, aeroportos, o abastecimento de energia elétrica e água, bem como demais serviços regulados e fiscalizados pelas agências", diz a nota do sindicato.

O Ministério da Gestão propôs correções de 26% a 34% até 2026 aos servidores das agências, já considerando os 9% dados em 2023, mas sem reajuste neste ano.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TCU pagará R\$ 1,12 bi de penduricalho retroativo

Brasília- O Tribunal de Contas da União (TCU) recebeu uma notificação para incorporar ao salário de parte de seus servidores um penduricalho relativo aos anos 90 cujo retroativo está estimado, atualmente, em R\$ 1,12 bilhão.

A ação judicial movida pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) foi conduzida pelo escritório de advocacia do atual governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), com honorários de 10% da causa, ou seja, R\$ 112 milhões.

O penduricalho bilionário do TCU teve origem na antiga regra segundo a qual **servidores públicos** incorporavam ao salário um determinado valor - "quintos" e "décimos" - por ano em que exerciam funções comissionadas, ou seja, de chefia.

A Advocacia-Geral da União (AGU), que é o órgão responsável pela defesa jurídica dos interesses da União e, mais especificamente, do Poder Executivo, enviou recentemente ao TCU um parecer de força executória sobre o caso.

No documento, a AGU informa ao tribunal a série de reveses judiciais da União na ação movida pelo sindicato dos servidores e diz que, diante da inexistência de recurso com efeito suspensivo automático, seria preciso incorporar já na folha de pagamento de julho valores referentes a quintos salariais de servidores que exerceram função de chefia entre abril de 1998 e setembro de 2001.

Precatório - De acordo com o Sindilegis, cerca de 400 funcionários do TCU serão beneficiados imediatamente com a decisão. Os valores retroativos pelos mais de 20 anos decorridos, que beneficiariam mais de 1.000 servidores e ex-servidores, deverão ser pagos pela União por meio de precatório (reconhecimento oficial da dívida, pelo Estado), diz a AGU no parecer.

A AGU disse que o valor retroativo cobrado pelo Sindilegis está estimado em R\$ 1,12 bilhão, em valores atualizados.

O sindicato afirmou que no momento da liberação desse precatório serão pagos honorários de 10% ao escritório fundado por Ibaneis.

O governador está licenciado da atividade privada devido à sua função pública.

A AGU afirmou ainda que todas as medidas judiciais estão sendo tomadas contra a demanda do Sindilegis. Diz ainda que a demanda pelos quintos salariais dos anos 90 e início de 2000 estão presentes em outros órgãos da administração pública, em ações coletivas nos moldes da movida pelo Sindilegis.

Em nota, a presidência do TCU disse ter sido informada da decisão judicial desfavorável à corte, mas que a consultoria jurídica do tribunal iria avaliar a decisão e discutir com a AGU outros recursos processuais. "No momento, não há decisão do TCU sobre os pagamentos", ressaltou.

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a regra que previa a incorporação dos quintos aos salários foi extinta, mas controvérsias em torno de medidas provisórias que trataram do tema geraram uma disputa judicial sobre o direito a esse acréscimo relativo ao período de abril de 1998 a setembro de 2001. (Ranier Bragon/Folhapress) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Entrega da tributária entra nas negociações do texto que repactua dívida dos Estados - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

A regulamentação da **reforma tributária** entrou nas conversas entre Congresso e governadores sobre o projeto de lei que propõe uma renegociação da dívida dos Estados. Parlamentares avaliam a possibilidade de um acordo entre Senado e Câmara para dar andamento às duas pautas. De um lado, os senadores acelerariam a análise do primeiro texto da regulamentação da tributária, aprovado em regime de urgência na Câmara.

De outro, os deputados ajudariam a aprovar, nas duas Casas, o projeto do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), para repactuar as dívidas dos Estados. Governadores com caixa comprometido já foram aconselhados a acionar parlamentares aliados. Mas as tratativas só vão ganhar tração em agosto, após o recesso do Congresso.

I EXEMPLO. O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), é um dos que estão com a chance desse acordo no radar, dizem parlamentares ouvidos pela Coluna.

Na quarta-feira passada, ele esteve em Brasília para discutir o projeto da renegociação das dívidas com Pacheco e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP). Procurado, Castro não comentou.

I SINAIS. A aliados, Lira diz que está aguardando as tratativas do Senado sobre a renegociação das dívidas dos Estados. Para um interlocutor, o recado é claro: é preciso destravar a tributária. O presidente da Câmara fez grande mobilização para aprovar entre seus pares o primeiro texto da regulamentação antes do recesso, e agora espera o mesmo empenho por parte dos senadores.

I OUTRO. Ainda sobre tributária, o setor de locação de equipamentos médicos fará corpo a corpo no Senado para entrar nas desonerações previstas na reforma.

I SEM CHANCE. Quem convive com a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) é taxativo: não há mais hipótese de ela compor chapa com José Luiz Datena, mesmo se o PSDB voltasse a apresentá-lo como opção de vice na disputa pela Prefeitura de São Paulo.

I CHANCE. A pré-candidata, porém, só vai decidir a vice no último minuto e ainda consideraria os tucanos José Aníbal, Mario Covas Neto (Zuzinha) ou Ricardo Trípoli. Um eventual acordo entre PSDB e PSB tem a simpatia do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que pode concorrer a governador de SP em 2026. Procurada, Tabata não comentou.

I EU VOLTEI. O petista Mozart Sales vai reassumir o cargo de assessor especial no Ministério de Relações Institucionais até o fim da semana. Ele deixou o posto no início do mês em meio à negociação para ser vice de João Campos (PSB) no Recife, mas o prefeito escolheu compor com o PCdoB.

I INTERCÂMBIO. O cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, David Hodge, assinou memorando de entendimento com o Centro Paula Souza, na capital paulista, para abertura de mais um escritório do EducationUSA.

A ideia é aumentar o número de estudantes brasileiros nos EUA.

I LÍDER. O EducationUSA é uma rede global de centros de orientação ligada ao Departamento de Estado americano. Essa será a 45.^a unidade do órgão no Brasil.

O País tem o maior índice desses centros no mundo e ocupa a nona posição em número de estudantes nos Estados Unidos.

VODCAST "DOIS PONTOS" | Hoje sobre "desglobalização" e indústria

"A política industrial de inovação tem que ser vista como política de Estado. Se for vista como política de governo, não dará certo. Essa perspectiva é importante".

Uallace Moreira Lima

Sec. nacional de Des. Industrial

"Todas as políticas tributárias do Brasil punem a

internacionalização de empresas. Como criar equilíbrio em momento de crescimento do protecionismo verde?"

Welber Barral

Consultor de comércio exterior

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Indústria precisa de "Plano Safra" e de juros menores, afirmam líderes do setor

**I FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/ SÃO PAULO,
EDUARDO GERAQUE e DIEGO LAZZARIS/ ESPECIAL
PARA O ESTADÃO**

A indústria brasileira enfrenta hoje dois grandes entraves para o seu desenvolvimento: juros altos e falta de uma política específica para o setor, com crédito mais barato, aos moldes do Plano Safra, que é voltado para a agricultura. No período (2024/2025), serão destinados R\$ 400 bilhões para o setor.

É o que disseram ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, e o diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, durante a abertura do Fórum Estadão Think - A Indústria no Brasil Hoje e Amanhã, na sede da Fiesp, uma realização do Estadão, com apoio da Fiesp, do Ciesp, da Firjan e da CNI.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, no Brasil "viver de renda se tornou um grande negócio", e produzir, uma péssima iniciativa.

Segundo ele, o Plano Real, que acabou como flagelo da hiperinflação, impôs uma taxa de juro real alta que deveria ser transitória, mas se tornou permanente.

"Ao longo dos últimos 30 anos, se nós tivéssemos aplicado R\$ 100 em CDI, títulos públicos sem qualquer spread bancário (a diferença entre os juros que os bancos pagam e cobram), teríamos hoje R\$ 8.043.

Enquanto um bem ou serviço que custava R\$ 100 há 30 anos, hoje, se corrigido pelo IPCA, custaria R\$ 808. Ou seja, a taxa de juro real nestes 30 anos é dez vezes maior do que a taxa de **inflação**", disse Josué.

"Mesmo se levarmos em consideração os últimos 25 anos desde a criação do tripé macroeconômico colocado em prática pelo Armínio Fraga, nós vamos ver que a taxa de juro, em média, foi de 12,4% contra uma taxa de **inflação** de 6,5%", disse o presidente da Fiesp.

Ele questionou como um setor intensivo em capital pode ter os recursos necessários para manter a sua produtividade e continuar competitivo, se não consegue tomar recursos de terceiros. "Como manter

a competitividade em um contexto como este?", indagou Josué.

O presidente da Fiesp disse ainda que é preciso "aplaudir o desempenho do agro brasileiro", mas é necessário lembrar que desde 2003 o setor conta com o Plano Safra, que oferece crédito subsidiado.

Segundo Josué, é a indústria quem cria tecnologia e, a seu ver, os polos de inovação têm de estar próximos dos centros de produção, da indústria. "Os Estados Unidos estão cientes que exportaram sua indústria." "Dentro deste extremo liberalismo, era preciso ser eficiente.

E buscar a eficiência significava buscar os países de menor custo de produção, especialmente em função do custo de trabalho mais baixo e das regulações ambientais mais flexíveis.

Agora, eles estão se dando conta de que perderam, inclusive, sua classe média", disse o presidente da Fiesp, acrescentando esperar que o Brasil se dê conta da importância da indústria de transformação e passe a fazer o mesmo.

OPORTUNIDADE. De acordo com Rafael Lucchesi, o crescimento exponencial da economia brasileira, tendo a indústria como base entre as duas grandes guerras mundiais no século passado, dá uma pista da janela de oportunidades que o Brasil tem hoje. "O Brasil cresceu na crise de hegemonia no século passado. Durante cinco décadas foi um dos países que mais cresceram no mundo", disse. "O momento atual é semelhante, apesar de condições fiscais não tão favoráveis." Lucchesi afirmou que existem três processos em curso atualmente. A nova revolução industrial baseada em big data, na internet das coisas e na inteligência artificial; os extremos climáticos, que fazem acelerar a necessidade da transição energética; e a nova geopolítica, que mostra descolamento entre o Ocidente e o Oriente, assim como ocorreu no século passado, entre os anos 1920 e 1980.

"Precisamos fazer mais do que discutirmos a questão fiscal.

Temos de ter estratégia, uma missão. A reindustrialização precisa vir de uma política de Estado", disse Lucchesi. Se de um lado a janela de

oportunidades que o setor industrial brasileiro tem é estreita, de outro, precisa haver mais ambição, defende o representante da CNI.

O Brasil é o país que mais retrocedeu em termos de competitividade, disse, por causa da ausência de políticas industriais ativas, ao contrário do que ocorre com os países mais ricos, que despejam atualmente quase US\$ 13 trilhões nesse tipo de política. "O rentismo sem produção também vai condenar o futuro no Brasil", segundo Lucchesi.

Se, do ponto de vista estratégico, o setor industrial precisa de um Plano Safra, a questão tributária ainda gera apreensão, na visão de Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Entre outros pontos, porque a lista extensa de benefícios tende a gerar distorções nos ganhos da **reforma tributária** em curso no Congresso.

"A alíquota média tende a ficar em 26%, mas, sem os chamados puxadinhos, poderia ficar em 20%. É preciso que isso seja analisado com urgência pelo Congresso Nacional", disse Cervone. Segundo ele, é ainda necessário dar andamento à "dormente" reforma administrativa, "igualmente fundamental".

Além das questões fiscal e tributária, outras áreas precisam ser atacadas para que a indústria brasileira volte a ter uma curva ascendente, segundo Carlos Erane de Aguiar, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Para ele, a falta de segurança pública é outro gargalo que gera bilhões de reais em prejuízo.

Desde a questão da ida e vinda ao trabalho por parte do trabalhador, passando pela perda de patrimônio em si até questões envolvendo roubo de energia, de água e de crimes eletrônicos, como fraudes.

"Atividades ilegais cibernéticas como roubo de propriedade intelectual têm um impacto devastador para toda a sociedade", disse. "Toda a insegurança na indústria precisa ser tratada como uma abordagem integrada."

"A taxa de juro real nestes 30 anos (desde o Plano Real) é dez vezes maior do que a da **inflação**" Josué Gomes Presidente da Fiesp

"A reindustrialização precisa vir de uma política de Estado" Rafael Lucchesi Diretor de Desenvolvimento da CNI

Perspectivas

O que os palestrantes disseram

BRÁULIO BORGES Pesquisador associado do Ibre/FGV

"A comparação com o Plano Safra é pertinente, pois o agronegócio, que teve um desempenho pujante nos últimos 20 a 25 anos, recebe financiamento anual cinco vezes maior do que o proposto para a nova indústria brasileira.

Há um claro diagnóstico de deficiência de financiamento na indústria", disse o economista Bráulio Borges, pesquisador associado da FGV e consultor da LCA.

PAULO GALA Economista do Banco Master

"Com uma taxa de juros muito alta, não se consegue comprar as máquinas e os equipamentos necessários (para a indústria). Entramos em uma situação em que apenas a parte tradicional dos serviços simples da economia se expande e esses serviços são mais inflacionários do que o setor industrial", afirmou o economista do Banco Master.

Mário Bernardini Conselheiro do Cosec

"Se o financiamento é a seiva que alimenta a indústria, são os vampiros que estão se alimentando, a indústria, não. Então, se você me pergunta se temos financiamento, a resposta é essa: pouco e caro", disse Bernardini. "E não temos financiamento porque o brasileiro não gosta de pegar dinheiro emprestado?"

Não, ele pega dinheiro emprestado todos os dias", afirmou Bernardini.

MELINA ROCHA Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

"A indústria é a maior beneficiária da **reforma tributária**", afirmou Melina Rocha, consultora especialista em temas tributários. "A carga e a cumulatividade sobre o setor é muito alta, e agora isso vai mudar", afirmou a especialista. "O aumento de produtividade no setor industrial deve crescer 8%. Enquanto a atividade do setor em si pode crescer até 25%", disse Melina.

CORNELIUS FLEISCHHAKER Economista sênior do Banco Mundial

"Não vai mudar bruscamente o sistema e tributação do dia para a noite. E não é coincidência ela chegar apenas agora depois de muita resistência.

O fato de termos agora uma transição paulatina ajudou a quebrar as contrariedades", afirmou o economista,

para quem um dos níveis importantes que vai ser alterado a partir da regulamentação da lei é o da tributação indireta.

PAULO RABELLO Ex-presidente do BNDES

"O Brasil não tem paralelo em nenhum lugar do mundo, em termos do que é feito errado na concessão de crédito para o setor produtivo", disse o economista.

"A **reforma tributária**, depois de muito tempo, fará com que o Brasil deixe de ser um manicômio e se torne apenas um pandemônio", afirmou o ex-presidente do BNDES no governo Michel **Temer**.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Precisamos conquistar mercados com tecnologia"

DIEGO LAZZARIS ESPECIAL PARA O ESTADÃO

ENTREVISTA: Igor Rocha Economista-chefe da Fiesp

O Brasil tem a oportunidade de desenvolver uma economia mais sustentável que atraia recursos e estimule o crescimento do emprego e da renda, se souber aproveitar suas vantagens naturais para liderar em setores estratégicos de inovação e tecnologia. A avaliação é do economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Igor Rocha, que participou, ontem, do Fórum Estadão Think - A Indústria no Brasil Hoje e Amanhã, realizado na sede da Fiesp, na Avenida Paulista.

"Precisamos fazer uma transformação produtiva nos nossos setores e na nossa economia, especialmente para conquistar mercados com setores de média tecnologia, que são intensivos em inovação e tecnologia, além de promover a disseminação de inovações para o restante da economia", afirma Rocha.

Segundo ele, nesse sentido, o Brasil tem uma posição "bastante singular e positiva, principalmente em relação à sustentabilidade e à transição verde".

"O País está sendo colocado no centro das instituições globais como uma economia com um potencial fantástico, dadas, obviamente, suas dotações naturais que atraem esse tipo de capital", diz.

Para o economista, o custo elevado do crédito e a carga tributária extremamente alta no País penalizaram na última década a indústria brasileira. A **reforma tributária** aprovada pelo Congresso traça, portanto, um cenário positivo para o futuro do setor. "No futuro, podemos realizar revisões nesses tratamentos diferenciados introduzidos pela **reforma tributária**, buscando criar um ambiente tributário mais justo e isonômico entre os setores", defende.

Como fazer com que a indústria volte a ganhar competitividade e protagonismo na economia brasileira?

De fato, a indústria teve uma queda bastante acentuada na participação do **PIB** (Produto Interno Bruto) nos últimos 30 anos, e isso se deve a uma conjunção de fatores. Um dos principais motivos é o

custo do crédito, que é muito elevado no setor industrial. Outro ponto é a questão tributária. A indústria, sobretudo a de transformação, tem uma carga tributária extremamente elevada quando comparada a outros setores.

Nesse sentido, a **reforma tributária** é muito positiva porque trará **mais transparência**, evidenciando claramente quais setores pagam muito, quais pagam pouco e quais nada pagam. No futuro, podemos realizar revisões nesses tratamentos diferenciados introduzidos pela **reforma tributária**, buscando criar um ambiente tributário mais justo e isonômico entre os setores. Assim, aqueles que forem mais competentes poderão performar melhor, sem as distorções que muitas vezes fazem parecer que o setor A, B ou C é mais competente que o D, E ou F, sem uma análise adequada dos fatores por trás disso.

A burocracia e a insegurança jurídica também são vistas como entrave para o desenvolvimento da indústria.

Como melhorar isso?

Toda a incerteza, por mais que seja de curto prazo, gera uma dificuldade para o investimento de longo prazo, porque a imprevisibilidade traz insegurança.

A insegurança jurídica é um dos componentes do chamado custo Brasil que os empresários frequentemente mencionam.

Existem outros fatores, mas a insegurança jurídica é um dos mais comumente abordados.

Isso é muito custoso para as empresas. Quando você está planejando um investimento, como fábricas e plantas industriais, que geralmente envolvem volumes de investimento bastante vultosos, a falta de clareza e segurança jurídica criam um ambiente muito adverso para o investimento produtivo.

A famosa frase "no Brasil, até o passado é incerto"reflete bem essa situação, tornando o ambiente ainda mais desafiador para quem quer investir.

Sem dúvida, a **reforma tributária** também ajuda a melhorar a segurança jurídica, e se espera que reduza a judicialização tributária.

Embora o período de adaptação seja longo, essa mudança é um fator positivo.

Existem setores específicos que poderíamos focar para aumentar a competitividade da indústria?

Precisamos fazer uma transformação produtiva nos nossos setores e na nossa economia, especialmente para conquistar mercados com setores de média tecnologia, que são intensivos em inovação e tecnologia, além de promover a disseminação de inovações para o restante da economia. Nesse sentido, o Brasil tem uma posição bastante singular e positiva, principalmente em relação à sustentabilidade e à transição verde. Temos setores de energias renováveis, como a eólica, incluindo a potencialidade do vento do mar, além do hidrogênio verde e a exploração da eólica offshore. O Brasil pode, sem dúvida, atrair muito capital para essa agenda.

O País está sendo colocado no centro das instituições globais como uma economia com um potencial fantástico, dadas, obviamente, suas dotações naturais que atraem esse tipo de capital.

A entrada desses recursos pode fomentar significativamente o crescimento do emprego e da renda no País. É uma oportunidade para desenvolvermos uma economia mais sustentável e competitiva globalmente, aproveitando nossas vantagens naturais para liderar em setores estratégicos de inovação e tecnologia.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo ensaia correção de rota - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

Parece ter caído a ficha de Lula de que seu estilo hablay habla do primeiro semestre jogou contra ele próprio e deixou Fernando Haddad superexposto na missão inglória de cumprir a meta fiscal e aumentar a arrecadação de todas as formas, enquanto o resto do governo se negava a conversar sobre o necessário corte de gastos.

O presidente tem adotado tom bem mais cauteloso em suas falas e deixou um pouco de lado -difícil saber se por ora ou em definitivo -os ataques ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Também passou a falar que nenhum governo pode gastar mais que aquilo que arrecada, provavelmente convencido diante dos números bastante preocupantes do relatório de despesas e receitas divulgado nesta semana, que orientou o anúncio do congelamento de R\$ 15 bilhões do Orçamento, bem recebido pelos agentes econômicos e por analistas.

Com isso, Lula tira um pouco o fardo dos ombros do ministro da Fazenda, que sai de férias depois de seis meses de embates constantes e derrotas amargas, com a pecha de "taxador" que a oposição bolsonarista explora na forma de memes e postagens em redes sociais.

Haddad demonstrou maturidade ao não cair na "pilha" e tentar responder ao tipo de mensagem que, se colar, pode causar estrago de imagem. Sua equipe aposta que os resultados da economia falarão por si sós e tratarão de dissipar a ideia de que o governo tenta arrecadar mais aumentando **tributos** -visão que, ademais, não condiz com os dados concretos, uma vez que as medidas anunciadas pela Fazenda foram todas voltadas a rever benefícios, incentivos e créditos tributários para setores específicos, e não resultaram em aumento real da carga tributária federal.

Haddad também tem sido penalizado com a missão de ser praticamente um defensor solitário do cumprimento da meta fiscal, daí ter virado alvo das tiradas cômicas. Por que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, está sempre ausente dos holofotes na discussão sobre gasto público, se mantendo sempre nos bastidores, quase sempre em sentido oposto ao colega da Fazenda?

O segundo semestre parece apontar para uma correção de rumo, a não ser que Lula acabe retomando sua sanha verborrágica que, do nada e com nenhum ganho político para si ou para seu governo, ajudou na escalada do dólar ao longo do mês de junho.

O curioso do atual desenho do papel de cada um no jogo de lidar com a política fiscal e demonstrar preocupação com o gasto público é que integrantes do governo apontam o papel de Arthur Lira como importante aliado na agenda. Foi ele um dos primeiros a alertar sobre o risco de estouro dos gastos com benefícios previdenciários, lá nos primeiros meses do ano.

O relatório divulgado nesta semana deixou claro que o temor era mais que justificado, e agora Lira, na saideira do mandato, tenta reforçar certa imagem positiva que cultivou com o mercado ao ser o paladino da **reforma tributária** e ao empunhar uma bandeira bem mais difícil de ser levada a cabo, a de nova reforma da Previdência.

O paradoxal é que Rodrigo Pacheco, antes sempre tido como alguém mais confiável e previsível na relação com o governo, hoje é visto com mais reservas, dada sua postura ao rechaçar duas medidas provisórias e atuar de forma individualista, não combinada com o governo, em questões-chaves como a renegociação da dívida dos estados e o projeto de autonomia financeira do Banco Central.

Por falar em BC, a ideia de correção de rota do governo na economia se completa com a decisão de Lula de antecipar para agosto a indicação do sucessor de Campos Neto e de tomar a frente na discussão sobre mais autonomia para a autoridade monetária. São todos sinais positivos depois de um primeiro semestre em que as conquistas de 2023 na economia deram lugar a uma sucessão de erros que cobrou um preço em termos da confiança conquistada pelo governo a duras penas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Imposto sobre compras internacionais pode começar a ser cobrado sábado

A partir do próximo sábado (27/07), consumidores que realizarem compras internacionais em plataformas como Aliexpress, Shein e Shopee estarão sujeitos a uma nova estrutura tributária. De acordo com as normativas recentemente aprovadas pela Câmara dos Deputados, todas as aquisições internacionais abaixo de US\$ 50 serão taxadas com um imposto de importação de 20% a partir de 1º de agosto. Considerando o tempo necessário para o processamento e registro das Declarações de Importação à Aduana, transações realizadas poucos dias antes dessa data também podem ser enquadradas sob a nova legislação.

As plataformas de e-com-merce já estão se ajustando às mudanças. O Aliexpress, por exemplo, comunicou que qualquer pedido realizado a partir do dia 27 de julho será processado sob o novo regime fiscal, para alinhar as operações às exigências legais. A empresa garantiu que informações detalhadas sobre preços, frete e **tributos** estarão disponíveis para os consumidores no momento da finalização da compra, mantendo a transparência na comunicação.

Por sua vez, a Shein alertou que compras feitas até dois ou três dias antes do início da vigência das novas regras podem ser tributadas, recomendando aos clientes atenção ao fechar pedidos nesse período. A Shopee também confirmou a aplicação da nova taxa a partir de 27 de julho, especificando que isso se aplica apenas aos vendedores internacionais, que representam uma fração dos parceiros na plataforma. Para os mais de três milhões de vendedores brasileiros presentes no site, a nova política tributária não alterará os procedimentos.

As mudanças incluem não só o imposto de 20% para produtos abaixo de US\$ 50, mas também uma taxa de 60% para itens cujo valor fica entre US\$ 50,01 e US\$ 3.000, com uma dedução fixa de US\$ 20. Estes novos **impostos** refletem uma tentativa de regulamentar melhor o mercado de importações e proteger a indústria nacional, ao mesmo tempo em que garantem uma arrecadação fiscal adequada.

Além do imposto de importação, os consumidores devem se preparar para custos adicionais que incluem o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outras taxas que podem incidir sobre a compra, elevando o custo final. Especialistas

tributários alertam que o impacto real das novas taxas pode ser maior que o previsto, especialmente para compras no limite de US\$ 50, devido a esses encargos adicionais.

Essa **reforma tributária** representa um importante passo na adaptação das políticas fiscais às realidades do comércio eletrônico globalizado e reflete um esforço para equilibrar as necessidades de consumo com as obrigações fiscais em um ambiente de mercado cada vez mais interconectado.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/24-07-2024-edicao-24878/>

Injustiça social - ALEXANDRE GARCIA

ALEXANDRE GARCIA

Estão reunidos no Rio ministros da Fazenda e presidentes dos bancos centrais dos integrantes do Grupo dos 20, como preparatória da cúpula de novembro.

O ministro Haddad quer taxar os mais ricos, em nome da justiça social. Aquela gente que usou inteligência, inovação, descoberta, oportunidade e virou bilionária. Gente que criou oportunidades, atendeu a milhões de consumidores, criou emprego, produziu muito e paga muito imposto.

Jorge Gerdau Johannpeter me diz que, antes mesmo de produzir a primeira tonelada de aço em suas refinarias, já era cobrado com **impostos** e taxas. Antes de começar a atividade industrial! Em vez de estimular, o Estado desestimula o investimento produtivo e a criação de empregos. São bilionários que são exemplo para os jovens que sonham em ter sucesso econômico na vida. Isso gira a economia, gera riqueza e bem-estar social. Mas a ideologia no governo os trata como maus exemplos que devam ser punidos com mais **tributos**. Isso é injustiça e não justiça social. E taxaçoão faz mal ao investimento. Capitais fogem de lugares inamistosos e punitivos.

Se enriqueceram sem favores ilícitos, sem pagar propina para autoridades e partidos políticos, se movimentaram a economia, pagaram salários e **tributos**, por que deveriam ser unidos com mais atributos, além dos que todos pagam?

Injustiça social é quando o Estado tira a renda de pessoas e empresas a ponto de precisarem trabalhar o equivalente a cinco meses num ano só para cumprir a imposição de **tributos**, supostamente destinados à prestação de serviços que o Estado não presta ou presta mal, como saúde, educação, segurança, justiça, saneamento básico. Isso só é apenas injustiça porque o Estado cobra baseado em leis. É o que impede de classificar isso como estelionato.

Também querem taxar mais as heranças e impedir que nossa previdência privada VGBL possa passar para nossos herdeiros indicados no banco, sem passar por inventário, como foi acordado no contrato da aplicação. O Estado brasileiro vive de nossos **impostos**, mas gastá-los consigo mesmo, em mordomias, privilégios, gratificações, horário de trabalho, férias e aposentadorias maiores que as de quem o sustenta, é clara injustiça social, parecida com

a relação entre senhores feudais e os servos.

Injustiça social é se a gente for juntar as estatísticas. Os números podem ser conferidos na internet. Na população brasileira, de 203 milhões (IBGE), os que produzem riqueza, pagam **impostos** e dão empregos, são apenas 21% dos brasileiros - cerca de 43 milhões de empresários, empregados, empreendedores.

Os que vivem de Bolsa Família são bem mais: 56 milhões (28%); 53 milhões estão abaixo de 18 anos (26%) e são considerados improdutivos; 39 milhões (19%) são aposentados e pensionistas que já pagaram a previdência e supostamente já não estão produzindo riqueza; e 12 milhões (6%) são do serviço público, que não cria riqueza. Quer dizer, 21% dos brasileiros sustentam 79%. É isso justiça social?

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6222/24-07-2024.html?all=1>

O esforço para controlar as contas públicas é de todos (Editorial)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é reticente ao fazer cortes de despesas pelo que ele considera ser apenas vontade do mercado financeiro, mas demonstra ter ciência da necessidade de se cumprir o arcabouço fiscal e controlar as contas públicas. No mesmo dia em que o Ministério da Fazenda divulgou o Relatório da Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do terceiro bimestre deste ano, revelando um deficit primário (excluindo juros da dívida pública) de R\$ 28,8 bilhões para este ano, Lula foi categórico ao afirmar que, se o país gastar mais do que arrecada, "vai quebrar".

O valor do rombo é o limite para que o país cumpra o parâmetro legal do deficit zero, que considera tolerância de 0,25 ponto para mais ou para menos.

Mesmo estando no limite, Lula fez a ressalva de que não vai atender à expectativa do mercado de um corte orçamentário de mais de R\$ 60 bilhões neste momento para equilibrar as contas públicas, alegando que um bloqueio feito agora pode se mostrar desnecessário em pouco tempo.

Lembrando que o governo já bloqueou R\$ 15 bilhões e promete um pente-fino sobre gastos com benefícios sociais, restam dois cenários de agora até o fim do ano: receitas extraordinárias e ganho de arrecadação eliminam a necessidade de cortes adicionais ou o contrário. Não havendo receita suficiente, será necessário fazer um corte adicional, com o valor podendo chegar aos R\$ 62 bilhões estimados pelo mercado financeiro.

O presidente, ao fazer as afirmações, tocou em um ponto delicado, mas que precisa ser discutido. Lula lembrou que os que pedem bloqueio de investimentos e de obras (com o corte orçamentário) são os mesmos que são desonerados.

E ressaltou que, sem a desoneração da folha de pagamento de 17 setores, não haveria necessidade de bloqueio orçamentário. Assim, o presidente lembra que o esforço para conter as contas públicas não está só com o governo, mas também com o Congresso.

Hoje, o Congresso é dono de parte do Orçamento, com as emendas parlamentares ficando com mais de R\$ 50 bilhões, enquanto, por decisão dos congressistas, uma medida que deveria ser pontual

está sendo perpetuada.

Não há dúvida de que os setores econômicos precisam ter uma carga menor de **impostos**, mas por quais motivos apenas 17 têm esse privilégio que custa, nas contas do governo, quase R\$ 20 bilhões?

Fica claro que o controle das contas públicas é função tanto do Executivo quanto do Legislativo e do Judiciário, assim como de todo o setor privado.

Nesse ponto, é preciso que o Congresso se vire de frente para o Brasil. O Congresso precisa agir para encontrar formas de compensar desonerações de forma a contribuir não para o presidente Lula, mas, sim, para que o país consiga equilibrar suas contas.

Passou da hora para que o esforço pelo controle das contas públicas seja de todos, assim como cabe ao governo federal ser mais eficiente nos seus gastos, para reduzir desperdícios. É preciso, ainda, que o governo não sofra por ter que fazer gastos. Discursos não resolvem problemas econômicos.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6222/24-07-2024.html?all=1>

Compras internacionais já podem ter "taxa das blusinhas"

JESSICA BRASIL SKROCH

As compras internacionais feitas a partir do próximo sábado já poderão vir a ser taxadas com o novo imposto de importação, segundo as plataformas de comércio eletrônico AliExpress, Shein e Shopee. No fim de maio, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que determina uma taxa de 20% de Imposto de Importação sobre as compras internacionais de até US\$ 50 a partir do dia 1.º de agosto.

Como há normalmente um intervalo entre a compra e o registro da Declaração de Importação à Aduana, compras efetuadas alguns dias antes já podem entrar nas novas regras.

Segundo a Shein, compras feitas até dois ou três dias antes do dia 1.º de agosto poderão ser tributadas. A plataforma afirma que todas as informações referentes ao preço do produto, frete e **tributos** serão disponibilizados de forma clara e objetiva no momento do pagamento.

Em nota ao Estadão, o Aliexpress afirmou que todos os pedidos de compra efetuados na empresa a partir do dia 27 de julho já seguirão as novas regras tributárias, devido à necessidade de "ajuste das declarações de importação, de acordo com a nova regulamentação".

"Os clientes e parceiros serão comunicados nos canais oficiais do AliExpress sobre as próximas etapas", completou a empresa. O consumidor poderá conferir a taxa da sua compra quando estiver pagando e finalizando a transação, assim como já ocorre atualmente.

Já a Shopee informou que a nova taxa de importação também será aplicada no aplicativo a partir do dia 27 porque os pedidos terão a Declaração de Importação de Remessas emitidos a partir do dia 1.º de agosto, data em que as novas regras entram em vigor. Os valores serão calculados e detalhados na finalização da compra, aponta a empresa.

A Shopee afirmou que a taxa só é aplicável nos vendedores internacionais, minoria na plataforma, e que "para os usuários que comprarem dos mais de 3 milhões de vendedores brasileiros, não haverá impacto".

COMO FICA. A partir do dia 1.º de agosto, produtos internacionais terão imposto de 20% para compras de até US\$ 50.

Para produtos com valores entre US\$ 50,01 e US\$ 3 mil, a taxa será de 60%, com uma dedução fixa de US\$ 20 no valor total do imposto.

O preço das compras internacionais deverá ir além dos 20% da taxa, já que ela é apenas sobre a importação, e não leva em conta o cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros que incidem em forma de cascata, entre eles o frete. Alguns tributaristas indicam que compras de até US\$ 50 podem ficar ainda mais caras do que os 20% do imposto por não levar em conta a incidência de outras cobranças.

JABUTI. A taxa de produtos importados foi sancionada no mês passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A chamada "taxa das blusinhas", como ficou conhecida, foi inserida no projeto de lei que regulamentou o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e cria incentivos às montadoras de veículos. A taxa foi considerada como um "jabuti", ou seja, matéria estranha ao tema do texto. À época, Lula disse achar equivocada a taxa, mas afirmou estar sancionando a medida para garantir a "unidade" entre governo e Congresso.

A alíquota de 20% sobre o e-commerce estrangeiro foi um "meio-termo" e substituiu a ideia inicial de aplicar taxa 60% sobre mercadorias adquiridas em sites estrangeiros.

A sanção do texto rendeu brincadeiras na internet com ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chamado de "Taxadd".

O ministro foi defendido pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin. "A questão (da taxa das compras internacionais acima) dos 50 dólares é que a gente precisa preservar o emprego", comentou. "Se você for verificar a indústria, quando você soma todos os **tributos**, dá quase 80%. Então, o que se está buscando é ter uma lealdade concorrencial, não é criar nada", defendeu o chefe do Mdic.

A taxaço   uma demanda do setor varejista nacional, que v  competi o desleal com a isen o às empresas estrangeiras, já que hoje   cobrado apenas 17% de ICMS sobre o e-commerce internacional.

Taxaço

20%   a alíquota para produtos importados de até US\$ 50, conforme texto aprovado pelo Congresso

60%   a alíquota de tributa o para produtos importados entre US\$ 50,01 e US\$ 3 mil

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Privilégios estão por todos os lados (Artigo)

Nilson Teixeira

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

A imprensa tem publicado críticas corretas aos excessivos privilégios angariados de diversas formas pela elite do funcionalismo público, em particular do Poder Judiciário. São muitas as matérias que denunciam os rendimentos dos membros da magistratura federal e estadual, entre outros, muito superiores ao teto constitucional ditado pelos salários de ministros do STF. A concessão desses benefícios é autorizada e, muitas vezes, estimulada pelos órgãos superiores e conselhos do Poder Judiciário, sendo várias dessas vantagens com caráter retroativo e isentas de incidência de imposto de renda.

O tamanho do grupo beneficiado é relativamente reduzido frente ao número total de **servidores públicos**, de forma que o custo desses privilégios não é tão expressivo frente aos gastos totais com a folha de pagamentos. Essa baixa representatividade no resultado fiscal contribui para que os especialistas em contas públicas se esquivem de críticas aos cada vez mais frequentes penduricalhos.

A má alocação dos recursos públicos é o padrão histórico no Brasil. Os desvios dificilmente são averiguados e, quando são, dificilmente são punidos. Os casos são tão estapafúrdios que quase ninguém parece surpreso quando o governo promete cortar cerca de R\$ 25 bilhões em malfeitos na liberação de benefícios de programas previdenciários. Do mesmo modo, o superfaturamento de obras e a malversação nas compras públicas são frequentes, a ponto de órgãos públicos nem levarem muitas vezes ações judiciais adiante, sob a alegação de que os responsáveis se comprometeram a ressarcir os desvios.

É compreensível, portanto, que os representantes empresariais reclamem por carregar um setor público pesado, caro e ineficiente, bem como por atuar em ambiente inóspito, com um sistema jurisdicional instável e mudanças regulares de regras que desestimulam o empreendedorismo e a atividade econômica. Há muita verdade nessas alegações, apesar desses mesmos agentes se empenharem muito para conseguir mais e mais vantagens, como renúncias tributárias, proteção de mercado e renegociações e perdões de dívidas. O lobby desses representantes nos gabinetes de autoridades federais

e dos entes regionais no Executivo, Legislativo e Judiciário faz parte da rotina e termina por tomar o ambiente de negócios ainda mais disfuncional.

Por incrível que pareça, essa luta por privilégios já não causa indignação, com poucas organizações se dedicando ao combate à concessão de vantagens para grupos específicos. O entendimento enraizado é de que o papel do Estado é mesmo o de atender todas as demandas da sociedade, não havendo a clareza de que a concessão de benefícios para um grupo diminuiu o espaço para o atendimento das necessidades dos outros. Os cofres públicos são vistos como ilimitados, com a concessão de vantagens para uns não sendo interpretada como um impeditivo para a oferta de benefícios para os demais. Ao mesmo tempo em que há uma rejeição contra o aumento da carga tributária e um empenho de diversos grupos a favor da redução de **impostos** sobre seus setores, não há uma busca pela redução de gastos ou o corte de renúncias tributárias reconhecidamente ineficazes.

A elite do setor privado reclama bastante dos **impostos** excessivos, da dívida pública elevada e da usual ineficiência do setor público, mas finge não saber que a carga tributária é regressiva no Brasil e que, portanto, os ricos pagam menos **impostos** do que deveriam frente à carga média de **tributos**. Ademais, o discurso omite os disseminados privilégios amealhados ao longo do tempo, que são bastante questionáveis e alguns até risíveis:

Isenção de **impostos** sobre dividendos: estruturas societárias adotadas em instituições financeiras, escritórios de advocacia, empresas de consultoria, órgãos de imprensa, entre outros segmentos, para evasão do imposto de renda sobre o trabalho.

Sistema Simples e empresas unipessoais: a ampliação dos limites para classificação no Simples e a expansão de empresas unipessoais reduzem o pagamento de **impostos** de empresários e de profissionais liberais sem nenhuma comprovação sobre a obtenção de benefícios para a economia, como aumento da produtividade e ampliação do número de postos de trabalho.

Gratuidade em universidades públicas: excetuando-se os beneficiados por cotas, os alunos são, em sua grande maioria, pertencentes às classes mais abonadas da sociedade.

Abatimento do imposto de renda para despesas com

educação, saúde e previdência privada: entre os muitos abatimentos, a classe mais rica se beneficia do desconto em seus gastos com serviços privados.

Financiamentos subsidiados e renúncias tributárias para bens de luxo: a classe mais rica é beneficiada por renúncias

tributárias em setores como, por exemplo, aviões e embarcações de luxo, tendo sido aquinhoadas no passado recente por financiamento público com taxas reduzidas para compra de jatos executivos.

Redução de **impostos** para aquisição de veículos por acidentados: a legislação dúbia e a fiscalização deficiente permitem que pessoas acidentadas, por exemplo, esquiando em estações de luxo, mantenham esse privilégio mesmo após a recuperação plena.

Táxis para transporte privado: aquisição de táxis pela elite paulistana em nome de seus motoristas particulares para permitir o trânsito em faixas exclusivas.

As respostas dos beneficiados do setor privado quando questionados sobre esses privilégios são idênticas às utilizadas por representantes da elite do funcionalismo público: as medidas estão em plena consonância com a lei, geram postos de trabalho e crescimento para o país. Ademais, a maioria da elite não se identifica como privilegiada e não reconhece que a renda não precisa ser tão alta para se fazer parte da minúscula minoria rica do país. No fundo, poucos da elite percebem que os benefícios excessivos e injustos são um dos obstáculos ao desenvolvimento do país. Nesse ambiente, o corte de privilégios é, terminantemente, uma luta inglória.

No fundo, poucos da elite percebem que os benefícios excessivos e injustos são obstáculos ao desenvolvimento

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187936?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187936?page=1§ion=1)**

"Nenhum país é governável coma mentalidade gasto é vida"

Adriana Cotias De São Paulo

À frente do emblemático fundo Verde, um dos multimercados mais antigos da indústria de gestão de recursos no Brasil, Luis Stuhlberger mudou o posicionamento da carteira para um cenário mais pessimista a partir de abril. Foi quando o governo encaminhou a proposta do orçamento para 2025 que ficou claro que o arcabouço fiscal, desenhado no ano passado, não era crível. Com premissas de arrecadação extremamente agressivas, despesas subestimadas e um **PIB** projetado em 2%, a lógica do "gasto é vida" do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou à mesa.

O teto de gastos, diz, já tinha sido derrubado no final do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Depois de Lula conseguir com o Congresso cerca de R\$ 150 bilhões com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da transição, soma similar à obtida por Bolsonaro, o crescimento de gastos previdenciários e assistenciais mostra uma equação difícil de ser resolvida.

"A quantidade de gente no Brasil que recebe um cheque do governo por mês é de 111 milhões de pessoas. A massa que trabalha não consegue bancar pagamentos para quem não trabalha", diz Stuhlberger, ao atualizar o seu diagnóstico macroeconômico e refletir sobre a indústria de multimercados.

No ajuste do timão, o gestor passou a comprar dólar, diminuiu a parcela em ações e trocou a histórica exposição em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) pela equivalente americana, a Treasury Inflation-Protected Securities (TIPS). Foi insuficiente para superar o CDI no ano, mas o Verde é um dos poucos multimercados tradicionais que numa janela de 2,5 anos ainda tem gordura em relação ao referencial.

"Eu diria que o Brasil é uma corrida bancária que ficou controlada, mas a atuarial não. Isso foi um fator de perda para os fundos brasileiros, tanto multimercados quanto de ações." A sucessão de Roberto Campos Neto na presidência do Banco Central é um fator de preocupação se o indicado for alguém que ceda a pressões políticas por corte de juros. "O governo do PT quer sempre acelerar, vai no limite. Só que aí obriga o BC a breicar, e se tirar esse equilíbrio, que é o que a [ex-presidente] Dilma [Rousseff] fez, colocando

o [Alexandre] Tombini, aí há um estrago. Se isso acontecer, eu garanto que a coisa que você vai ter mais saudades é do tempo que conseguia comprar dólar a R\$ 5,60, porque ele vai pra R\$ 7." Ele não vê, contudo, esse cenário se concretizando se Gabriel Galípolo, atual diretor de política monetária, for o escolhido, mas diz que o real mais depreciado veio para ficar.

A seguir, trechos da conversa com Stuhlberger, que recebeu o Valor na sede da gestora no fim da semana passada.

O pé trocado dos multimercados Os multimercados, grandes e menores, operam bastante no exterior. Mas claro, têm o "edge" brasileiro. Dificilmente você vai ver um multimercado aqui que não tenha nenhuma posição no Brasil. E digamos assim que esses sete meses, seis meses mais um, o Brasil teve uma deterioração no preço dos ativos bastante significativa.

A gente pegou essa deterioração no começo. Fomos mal de janeiro a abril, mas de abril em diante, meio que virou. Eu já falei que me penitencio por ter acreditado que o PT teria alguma seriedade fiscal. Aí mudei de ideia, a gente passou a comprar dólar, diminuir a exposição a ações, trocamos as NTN-Bs por TIPS americanas, e aí melhoramos a performance. Não deu para compensar todas as perdas, que não foram enormes. Mas, pelo menos, eu acho que a gente agora está do lado certo do ciclo econômico.

Quebra de confiança O teto de gasto já levou um tiro no final do governo Bolsonaro. Aí vem uma fase de muita tensão no Brasil, no segundo semestre de 2022, que era política mesmo, tipo vamos ter um presidente? Bolsonaro falou que não ia aceitar o resultado das urnas. Foi extremamente sério. Estrangeiros dizendo assim: "não posso investir no Brasil porque não sei se vocês vão ter um presidente"; foi apavorante. Aí o Lula ganha por uma margem pequena, mas governa como se tivesse uma margem enorme. Esperava-se um Lula, digamos, mais parecido com o Lula 1 e Lula 2, vem aquela tensão de querer a PEC de transição, subindo já o gasto de 2022 para 2023 de maneira muito expressiva. Foi aprovada no Congresso que não é de esquerda, mas dá governabilidade. Deram uma quantia parecida àquela que deram para Bolsonaro, R\$ 150 bilhões. E depois, com o passar do tempo, o [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad foi

reconstruindo a parte de **tributos** que o Bolsonaro excluiu.

"Gasto é vida" Essas mudanças abruptas econômicas começam naqueles primeiros meses de governo Lula com "gasto é vida, sou contra qualquer tipo de controle, sempre governei gastando muito, mas depois o **PIB** cresce e tudo se resolve". Até que depois de um certo tempo de debate sai o arcabouço, no começo de 2023. Houve um período de calma relativamente longo, quase um ano. Teve outras tensões, mas do ponto de vista fiscal, o mercado acabou comprando a ideia de que o arcabouço funcionaria. A premissa não era a ideal, mas as tensões vinham muito mais de fora do que de dentro, basicamente dos Estados Unidos.

Começou a ficar claro que o arcabouço era uma peça de ficção quando o governo mandou o orçamento do ano que vem. Veio com premissas de arrecadação extremamente agressivas, depois de tudo que subiu em 2023, subiu em 2025 sobre 2024, 3,5%. Com o **PIB** que a gente imagina, que vai subir um pouco mais de 2%, é impossível. E aí tem aquelas metas, vai fazer R\$ 50 bilhões de acordos no **Carf**, premissas que não vão ocorrer. A Fazenda governa no estilo, "eu aumento, mas não invento". E isso, no final, acaba deixando o Congresso irritado.

O nó previdenciário No gasto do governo federal, que deve estar por volta R\$ 3,4 trilhões, 20% do **PIB**, há um crescimento expressivo dos gastos previdenciários totalmente incompatível com a reforma. A reforma da Previdência mostraria agora uma curva de crescimento muito abaixo do que se vê. E ninguém tem uma explicação para isso.

Eu não sei exatamente onde passaria essa curva, mas acho que seria mais perto de 1% e está subindo 3%. Nos últimos 12 meses, o acumulado é de R\$ 930 bilhões. Mas previdência é previdência, as pessoas ficam mais velhas, se aposentam. Agora, o que está subindo de maneira muito mais intensa é aquilo que chamo de assistência social, é uma quase previdência. As rubricas são imensas, esse número já é de mais de R\$ 500 bilhões e está subindo. Coisas como o Bolsa Família, o BPC [Benefício de Prestação Continuada], que é o valor de uma previdência para quem não contribuiu, mas se aponta que tem qualquer doença que não te deixa trabalhar, você consegue.

Por isso que o Haddad fala, "deve ter fraude, vamos achar uns R\$ 15 bilhões nisso, R\$ 20 bilhões". O governo promete e não acha. E deu uma acelerada no governo Lula.

Quando se soma a previdência mais toda a assistência social, esse número já chega a R\$ 1,7 trilhão. E para o ano que vem vai ser maior. Por isso

que o mercado não se acalma com corte R\$ 15 bilhões, porque isso sobe R\$ 200 bilhões por ano. A quantidade de gente no Brasil que recebe um cheque do governo por mês é de 111 milhões de pessoas. A massa que trabalha não consegue bancar quem não trabalha. Ainda assim, esses cheques não são grandes. Se tirar a fortuna de todos os brasileiros ricos juntos, você não paga um ano disso. O problema é que é o âmago do pensamento do Lula.

Nenhum país é governável com essa mentalidade, mas o Lula e a esquerda acreditam na teoria de que se distribuir esse dinheiro todo, essas pessoas vão consumir. Em consumindo, a indústria vende, o comércio vende, a economia gira, as empresas pagam **impostos** e no fim terá valido a pena, porque isso faz o **PIB** crescer. E quando o **PIB** cresce, a dívida/**PIB** não cresce. É um pensamento que deu errado, historicamente, em todos os lugares do mundo.

Lá e em abril, maio, quando os agentes econômicos entendem isso, houve deterioração súbita dos ativos. Misteriosamente, mesmo antes da deterioração dos juros e do câmbio, a nossa bolsa já vinha mal. Os estrangeiros tiraram R\$ 40 bilhões do Brasil até abril, maio.

Os brasileiros estavam otimistas e não entendendo por que o gringo estava tirando dinheiro. Mas era da bolsa. Em investimento direto, compra de participações de empresas, não é um dado dramático, está todo mundo feliz porque a conta corrente está boa, com o Brasil batendo recorde de exportações, com o pré-sal, a balança crescendo, são números bons. Então, de uma certa forma, essa situação cambial boa durante um bom tempo mitigou uma situação fiscal ruim, até o dia que não mais.

É um conceito muito simples, que é "quando a pasta de dente sai do tubo". Aí não adianta você falar, "não, mas eu vou contingenciar". Quando a pasta de dente sai do tubo, essa teoria da entropia, demora para ela voltar. Agora, se você me perguntar, o Brasil tem conserto? Tem. Mas você tem que modelar no preço dos ativos a equação: Qual a chance de o Lula ganhar a eleição em 2026? É no mínimo 50%. Então com esse tipo de política, por mais quatro anos, até 2030 o país vai piorar muito.

Eventualmente, neste ano, cumpre a meta. Mas a dívida/**PIB** não sobe só pelo arcabouço. As coisas fora do arcabouço não são pequenas. O que o mercado olha hoje? Ia bom, são R\$ 15 bilhões [de contingenciamento], ok, mas a receita está superestimada, a despesa do ano que vem subestimada. Mesmo o governo fazendo com controle é um negócio que sobe R\$ 200 bilhões por ano.

É claro que o governo quando se vê num "comer", dá um medo lá em Brasília. Se a bolsa cai, o juro sobe, eles não entendem muito bem; mas o dólar quando sobe é sério, porque pega a **inflação** na veia, vai afetar o preço de alimento, vai atingir a classe pobre. Estamos no meio disso e não vai melhorar muito.

Câmbio e efeito México Quando se calcula o "fair value" [valor justo] do dólar no Brasil - vamos dizer que esteja por volta de R\$ 5,20, R\$ 5,25 -, entram várias coisas na conta: o CDS [prêmio de risco] do Brasil, o CRB [índice de commodities], a diferença da Selic para os Fed funds [juros dos EUA], Leva em conta o preço do dólar em relação ao euro, ao renminbi [chinês], e também a moedas de emergentes. E o México tem peso importante na cesta. A Claudia Scheinbaum [nova presidente do país] é uma pessoa surpreendentemente preparada, se comparar com o Lula. De esquerda, mas preparada. O problema é que fez um Congresso com dois terços de esquerda. Eu nem acho que a moeda [mexicana] tenha se depreciado muito. Mas isso pesou no real em 20 centavos. Se hoje o fair value é R\$ 5,20, R\$ 5,25, se não tivesse o efeito México, seria R\$ 5,00.

Eu digo o México, mas o peso chileno também se depreciou, o colombiano, e agora com o [Donald] Trump [candidato republicano com chances de voltar à Casa Branca], há uma tendência negativa, com esse protecionismo, para as moedas da América Latina.

Esse dólar veio para ficar, a pasta de dente não vai voltar para o tubo. Na minha conta, está 6,5% acima do "fair value", se comparar o preço do dólar/real. No governo Dilma foi 20% acima, o que equivaleria hoje a R\$ 6,10, R\$ 6,20. Porém, por que isso não vai ocorrer? Porque naquela época a gente tinha um déficit em conta corrente muito alto, era 5%, hoje é 2%.

Eu diria que o Brasil é uma corrida bancária que ficou controlada, mas a atuarial não. Isso foi um fator de perda para os fundos brasileiros, multimercados e ações.

Juros O mercado coloca um prêmio para o juro no Brasil de 2025 em relação à média da SOFR [a taxa do overnight publicada pelo Fed] de quase 750 pontos, enquanto hoje é 500. Quer dizer, está em 7,5%, tem um prêmio. Agora, você me pergunta: "Então o juro vai ficar em 10,5% até final deste ano e um Banco Central petista vai subir para 12%?" Não parece provável. Mas o mercado se equilibra nisso por uma razão de modelo. Então, você só vai ganhar essa diferença ficando até o fim.

A cada Copom que passa, sempre vai ter um prêmio grande. Eu fiquei muito surpreso quando isso

aconteceu a partir de abril, porque imaginava que só ia aparecer no último ano de governo, quando poderia querer gastar mais e dar um pé no arcabouço. **Reforma tributária** Tem o Congresso e os seus lobbies empresariais. Você não consegue tributar algo do agronegócio. O governo tem razão, a carga tributária brasileira é enorme, mas é muito mal distribuída. Esse é um ponto. O Brasil é o país emergente com maior carga. Não é fácil ser ministro da Fazenda. Agora, muita coisa foi mal feita. Você fica discutindo dois anos e enfia um monte de coisa na última meia hora. Então, por exemplo, eu já vi que a tributação do setor de cons tração está mal feita. Vai precisar de ajuste no Senado, vai ser uma briga. Mas é uma coisa boa, acho que essa reforma do IVA, apesar de estar longe do ideal, vai ser bem melhor do que a situação atual. Sucessão no BC Preocupa todo mundo. Do mesmo jeito que o Lula pensa quanto mais gasto, melhor, o Brasil é um país que por conta disso tem um juro real de equilíbrio muito alto. E o Lula pensa assim: "E se esse juro fosse 2, 3% menor? Imagina esse dinheiro quanto faz falta no social..." Os governos do PT, todos eles, Lula 1, Lula 2, Dilma, eles têm uma equação muito simples: para a economia funcionar com o mínimo de equilíbrio, o governo acelera e o Banco Central breca. O governo do PT quer sempre acelerar, vai no limite. Só que aí obriga o BC a breca, e se tirar esse equilíbrio, que é o que a Dilma fez colocando o Tombini, aí há um estrago. Se isso acontecer, eu garanto que a coisa que você vai ter mais saudades é do tempo que conseguia comprar dólar a R\$ 5,60, porque o dólar vai para R\$ 7. Esse equilíbrio - o governo acelera e o Banco Central breca - não é bom, mas funcionou nos oito anos do governo Lula. O juro nos oito anos do governo era 15%, 16%, 17%. E o Brasil funcionava desse jeito.

Não acho que isso vá acontecer com o [Gabriel] Galípolo [diretor de política monetária, principal nome cotado para assumir o posto de Campos Neto]. As circunstâncias de mercado farão com que o Lula não coloque um novo Tombini, quando quem determinava taxa de juros supostamente era a Dilma.

Vai depender de quem vai estar no Banco Central, é muito sensível. Se cortar o juro de 10,50% para 9,50% num cenário desse, já é muita coisa. E o Lula, vamos dizer, ele fica possesso porque isso vai contra o bom senso econômico que entende que tem.

Eleições nos EUA Olhando para o futuro, acho que o que está em jogo é o que se chama de "Republican Sweep", que é o Trump ganhar e levar o Senado e a Câmara. Ele vai ficar muito mais poderoso. E isso é muito importante. Tem coisas que o Trump pode fazer sozinho. Por exemplo, aumento de tarifas de importação. De fato, não acho que ele vá executar tudo que está falando, tipo, "vou expulsar 10 milhões

de pessoas, vou deportar [imigrantes]". Isso não é viável, mas essa combinação de muito menos imigração com aumento de tarifas é muito inflacionária.

Tem uma dificuldade de dizer quanto isso está no preço, porque o que a gente chama de "rates" [juros], de Fed funds, para dezembro de 2025, está por volta de 3,70% e o juro de hoje está em 5,30%. Não acho isso suficiente para um Republican Sweep, vai ser mais que isso porque vai gerar uma **inflação** para 2025 de 1 % a 1,5% maior do que o mercado está marcando.

Essas coisas, às vezes, você não consegue fazer muito rápido. Então tem esse risco de o juro cair, depois eventualmente voltar a subir nos Estados Unidos. Esse risco está aí. A chance de o Trump fazer algo disso é razoável, é grande. Então isso vai gerar, pelo menos para os próximos meses, um fator de instabilidade para as moedas da América Latina.

A competição dos isentos Nem todos tiram dinheiro, especificamente do multimercado, mas falando de LCA, LCI, CRA, CRI, debênture incentivada, Fiagro, fundo imobiliário, HG, que são isentos [para a pessoa física], estamos falando de um estoque de quase R\$ 1,8 trilhão. E tem aquela quantidade de CDBs de bancos muito pequenos que pagam lá 120% do CDI garantidos pelo FGC [Fundo Garantidor de Créditos], é também um competidor. Vai ter uma diminuição [dos incentivados] pelas medidas [de restrição de lastro] tomadas [pelo CMN], mas o estoque é imenso. No isento, tem risco de crédito privado e "duration". E tem muita coisa que tem risco de execução. Então, é aquela história do Brasil: tem o investimento que tem o come-cotas [o imposto semestral]. O multimercado [em fundo fechado exclusivo/restrito] pagava imposto quando resgatava. Mas era grande o estoque. Você pega uma performance sofrível, porque nenhum cliente tem um multimercado só, e junta com os isentos, aí tem uma tempestade perfeita.

Neste R\$ 1,8 trilhão [em dívida], alguma coisa vai dar errado. Mas o atrativo da isenção é grande, porque você está falando de até 2% ao ano de vantagem. É óbvio que o principal problema da gente, nem vou dizer da "asset class", é performar melhor. Ano passado, a gente não foi mal, deu CDI mais 1,5% líquido e neste virou a chave de compreensão da complexidade séria do fiscal brasileiro. Não quero dar a impressão que a culpa é do Brasil, longe disso. A gente tem que melhorar, estamos trabalhando nisso.

"De certa forma, a situação cambial boa durante um bom tempo mitigou uma situação fiscal ruim; até o dia que não mais"

"O Brasil é uma corrida bancária que ficou controlada, mas a atuarial não. Isso foi um fator de perda para os fundos"

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187936>

Sites internacionais antecipam nova taxaço

São Paulo - Compras internacionais feitas a partir do próximo sábado, dia 27, já poderão ser taxadas com o novo imposto de importação, segundo as plataformas Aliexpress, Shein e Shopee.

No final de maio, a Câmara dos Deputados determinou taxaço de 20% de imposto de importação sobre compras internacionais de até 50 dólares a partir de 1º de agosto. Como há normalmente intervalo entre a compra e o registro da Declaração de Importação à Aduana, compras efetuadas alguns dias antes já podem entrar nas novas regras. O valor de 50 dólares, hoje, em reais, corresponde a aproximadamente R\$ 275.

Segundo informou a Shein em **comunicado**, compras feitas até dois ou três dias antes do dia 1º de agosto poderão ser tributadas.

As informações sobre preço do produto, frete e **tributos** estarão disponíveis no momento do pagamento. Em nota ao Estadão, o Aliexpress também afirmou que todos os pedidos de compra efetuados na empresa a partir de 27 de julho já seguirão as novas regras devido à necessidade de ajuste das declarações de importação.

"Os clientes e parceiros serão comunicados nos canais oficiais do AliExpress sobre as próximas etapas", assinalou a empresa, ressaltando ainda que o consumidor poderá conferir a taxaço quando estiver finalizando a transação.

A Shopee, do mesmo modo, informou que a nova taxa de importação estará no aplicativo a partir do dia 27 porque os pedidos terão a Declaração de Importação de Remessas emitidos a partir de 1º de agosto. Os valores serão igualmente calculados e detalhados na finalizaço das compras.

Na mesma nota emitida ontem, a Shopee ainda afirmou que a taxaço somente é aplicável aos vendedores internacionais, o que é minoria na plataforma, segundo a empresa, e que "para usuários que comprarem dos mais de 3 milhões de vendedores brasileiros não haverá impacto".

AS NORMAS

- A partir do dia 1º de agosto, produtos internacionais terão imposto de 20% para compras no valor de até 50 dólares. Para produtos com valores entre 50,01 dólares e 3 mil dólares, a taxaço será de 60%, com

uma dedução fixa de 20 dólares no valor total do imposto.

- O preço das compras internacionais deverá ir além dos 20% da taxaço, já que esse índice é considerado apenas sobre a importação e não leva em conta o cálculo do ICMS e outras cobranças que incidem em forma de cascata como, por exemplo, o frete.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11152>

Presidente Lula considera baixo o percentual cobrado sobre as heranças

"É nada", afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao considerar baixos os 4% de cobrança de imposto sobre as heranças no Brasil. A declaração foi dada ontem durante comemoração dos dez anos do campus Lagoa do Sino, da Ufscar (Universidade Federal de São Carlos), em Buri, no Interior de São Paulo.

Lula comparou o percentual brasileiro com o praticado nos EUA, de 40%. O norte-americano, por exemplo, prefere doar os bens ao invés de pagar o tributo. "Nos Estados Unidos, como o imposto é caro, você tem muitos empresários que fazem doação de patrimônio para universidade, para instituto, para laboratório e para fundações. Aqui, no Brasil, você não tem ninguém que faça doação porque o imposto sobre herança é nada, é só 4%", disse o presidente.

A fala gerou desconforto no núcleo duro do governo. A política econômica adotada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), responsável, por exemplo, pela taxação de compras em sites estrangeiros, tem sido alvo de críticas - série de memes nas redes sociais ironiza o que seria obsessão do chefe da Pasta por **impostos**

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_088DC54858D0A9A9445CD874EA19CB53A6A74E637711A32248D22784A94A145A3CFFA4B5A5EA291D4BEA4AC589C42316AF69AA14D46BFA5DB259E24775BD99C754BEDBF6EEA3101EF8FD0C340D9950DB922DAF4939BCAE9C905C69B24586FAC5BB7D625A99EC28B72937DDA4796D5D30F803777B659893C7FDD39AB0AE123

Cobrança da "taxa das blusinhas" é antecipada

As compras internacionais feitas a partir do próximo sábado (27) já poderão vir a ser taxadas com o novo imposto de importação, segundo as plataformas de comércio eletrônico Aliexpress, Shein e Shopee. No final de maio, a Câmara dos Deputados determinou uma taxa de 20% de imposto de importação sobre as compras internacionais de até US\$ 50 a partir do dia 1º de agosto. Como há um intervalo entre a compra e o registro da Declaração de Importação, compras efetuadas alguns dias antes já podem entrar na nova regra.

Segundo a Shein, compras feitas até dois ou três dias antes do dia 1º de agosto poderão ser tributadas. A plataforma afirma que todas as informações referentes ao preço do produto, frete e **tributos** serão disponibilizadas de forma clara e objetiva no momento do pagamento.

Pedidos

Em nota, o Aliexpress afirmou que todos os pedidos de compra efetuados na empresa a partir do dia 27 de julho já seguirão as novas regras, devido à necessidade de "ajuste das declarações de importação, segundo a nova regulamentação".

"Os clientes e parceiros serão comunicados nos canais oficiais do AliExpress sobre as próximas etapas", completou a empresa. O consumidor poderá conferir a taxa da sua compra quando estiver pagando e finalizando a transação, assim como já ocorre atualmente.

Já a Shopee informou que a nova taxa de importação também será aplicada no aplicativo a partir do dia 27 porque os pedidos terão a Declaração de Importação de Remessas emitidos a partir do dia 1º de agosto, data em que as novas regras entram em vigor. Os valores serão calculados e detalhados na finalização da compra. A Shopee afirma que a taxa só é aplicável nos vendedores internacionais, minoria na plataforma, e que "para os usuários que comprarem dos mais de três milhões de vendedores brasileiros, não haverá impacto".

Taxação

A partir do dia 1º de agosto, produtos internacionais terão imposto de 20% para compras de até US\$ 50.

Para produtos com valores entre US\$ 50,01 e US\$ 3.000, a taxa será de 60%, com uma dedução fixa de US\$ 20 no valor total do imposto. O preço das compras internacionais deverá ir além dos 20% da taxa, já que ela é apenas sobre a importação, e não leva em conta o cálculo do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros que incidem em forma de cascata, entre eles o frete.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/xire/#p=1>

FMI coloca Brasil entre os piores em investimento

O Fundo Monetário Internacional (FMI) colocou o Brasil entre os 20 piores países em taxa de investimento. Um estudo publicado pela organização internacional estima que o país termine 2024 com investimento a 15,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**), ficando na vigésima pior posição no ranking que considera 170 economias.

Em 2023, a taxa de investimento do Brasil foi de 16,1%, colocando o país na 24ª pior posição. Nos anos de 2021 e 2022, com a recuperação pós-pandemia, as taxas foram de 19,5% e 18,1%, respectivamente, melhorando temporariamente a posição do Brasil no ranking global. O melhor desempenho foi em 2011, quando o país ficou em 72º lugar com uma taxa de investimento de quase 22% do **PIB**.

Segundo o economista Alessandro Azzoni, o que justifica a piora da posição do país no ranking é o Custo-Brasil.

"Primeiramente a carga tributária, toda essa questão do deficit público e a questão fiscal. E, em segundo, a taxa de juros praticada pelo Banco Central, que ainda é muito alta", disse.

"Antagonicamente, é uma contração absurda desse investimento, porque o mesmo ranking do FMI coloca o Brasil, que pode passar da 9ª para a 8ª posição, entre as maiores economias do mundo.

Então, tem-se um crescimento entre as dez maiores economias do mundo e, ao mesmo tempo, estar entre as piores em quesito de investimento. Mostra que é uma questão de custo do dinheiro", emendou.

Taxa Selic Azzoni afirmou ainda que as críticas feitas ao patamar da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,5% ao ano, estão explicadas nesse ranking de investimento: "Os juros são um parâmetro para a captação de mercado, a queda da Selic é determinante para que o país tenha uma retomada ou um aumento de crescimento nos investimentos." Baixas taxas de investimento indicam sinal de alerta para a economia do país.

O percentual está próximo da mínima histórica de 14,5% registrada em 2016 e 2017. De acordo com economistas, uma taxa abaixo de 15% é considerada

muito baixa para o país, sendo o patamar mais adequado entre 17% e 19%.

O economista José Luiz Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que o baixo nível de investimento torna o crescimento da economia insustentável a médio prazo. "Pode levar a um aumento da pressão inflacionária, produzindo um fim prematuro do atual ciclo de queda da taxa Selic", apontou o economista, que afirmou que para que a economia brasileira possa crescer de forma sustentada, a pelo menos 3% ao ano, a taxa de investimento precisa ser de cerca de 20% do **PIB**.

Fuga de capital A saída de investimentos estrangeiros do Brasil tem sido uma preocupação crescente sobre o impacto na economia local. Fatores como as condições econômicas globais, mudanças nas políticas internas do país e a volatilidade cambial estão contribuindo para essa saída.

Historicamente dependentes de investimentos externos, setores como o financeiro e o de infraestrutura têm sentido diretamente os efeitos dessa saída de recursos. A volatilidade do real brasileiro, afetada pelas incertezas nas políticas internas e flutuações nos preços das commodities, dificulta a previsão de retornos sobre investimentos, levando à retirada de capitais estrangeiros.

Ricardo Matte, CEO da Vincit Capital, afirmou que os investidores estão alocando seus recursos para mercados considerados menos arriscados, o que tem impactado diretamente o fluxo de investimentos para o Brasil. "A saída pode ser atribuída principalmente à busca por segurança em um contexto global de aumento das taxas de juros. Isso torna os investimentos em mercados emergentes, como o Brasil, menos atrativos em comparação com os ativos de menor risco e rendimento mais alto nos países desenvolvidos", explicou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6222/24-07-2024.html?all=1>

Corte necessário é de R\$ 28 bi

Projeção da Instituição Fiscal Independente (IFI) indica que o governo federal precisa fazer um esforço fiscal equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cumprir a meta de déficit primário estabelecida para 2024. O Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de julho, elaborado pela IFI, estima que o esforço fiscal efetivo, com cortes de despesas e novas receitas, precisa ser de cerca de R\$ 28 bilhões. Nos últimos dias, o governo começou a anunciar os primeiros cortes no Orçamento deste ano, confirmando na segunda-feira (22) que serão bloqueados ou contingenciados R\$ 15 bilhões.

O relatório de julho da IFI, divulgado na semana passada, indica que o déficit primário recorrente do governo federal chegou a 1,6% do **PIB** no acumulado de 12 meses até junho. O resultado primário recorrente é uma medida que exclui do cálculo efeitos considerados não recorrentes, como antecipação de dividendos e outras arrecadações atípicas. Apesar do crescimento real de 8% das receitas primárias no primeiro semestre do ano, as despesas primárias registraram incremento superior, de 10,5%. Neutralizados os eventos não recorrentes (Imposto de Renda sobre o estoque de fundos exclusivos e offshores, antecipação de dividendos da Petrobras, arrecadação atípica no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), enquanto as receitas teriam crescido 6%, a despesa teria aumentado em 10,9% no primeiro semestre de 2024", afirma o relatório, que é assinado pelos diretores da IFI Marcus Pestana (diretor executivo) e Alexandre Andrade.

A meta fiscal deste ano permite um rombo de até 0,25% do **PIB**, em torno de R\$ 29 bilhões.

Para 2025, o governo previa um superávit primário de 0,5% do **PIB**, mas reduziu o esforço fiscal para um déficit de até 0,25%.

Orçamento de 2024 - A contenção de R\$ 15 bilhões no Orçamento de 2024, anunciada na segunda-feira pelo governo, será de R\$ 11,2 bilhões em bloqueio de despesas e R\$ 3,8 bilhões em contingenciamento.

A confirmação do congelamento foi feita no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do 3º bimestre (maio e junho), produzido em conjunto pelas áreas técnicas dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento.

Já o detalhamento da contenção por órgão será

divulgado apenas na semana que vem, na terça-feira (30). Uma tarefa desafiadora, como aponta o IFI no relatório.

"Diversas despesas primárias discricionárias são difíceis de ser contingenciadas ou canceladas, tanto que a Secretaria Nacional do Tesouro passou a classificá-las como 'despesas discricionárias rígidas', tais como a complementação para o cumprimento do gasto mínimo em saúde e educação, o piso do investimento introduzido pelo novo arcabouço fiscal e as emendas parlamentares de execução obrigatória (individuais e de bancada), além de compromissos incomprimíveis (bolsas a estudantes e pesquisadores) e custeio administrativo mínimo (aluguéis, energia, água, telecomunicações, combustíveis etc.)", diz a IFI.

Máquina pública federal - O RAF também aponta que, embora haja relativo grau de subjetividade, o mínimo necessário para o funcionamento regular da máquina pública federal envolveria 0,7% do **PIB** para complementação do cumprimento da vinculação constitucional de gastos com saúde e educação; 0,5% para o piso de investimento; e 0,1% do **PIB** para emendas parlamentares impositivas - ou seja, 1,3% para despesas primárias discricionárias rígidas.

A IFI ainda adverte que, se a dinâmica das finanças públicas e suas regras de execução não forem alteradas, poderá ocorrer estrangulamento na execução do Orçamento federal em um intervalo de três anos. (Agência Senado) %

Redução nos gastos será detalhada na próxima semana, diz Simone Tebet

Brasília - A equipe econômica fará uma coletiva de imprensa na próxima semana para detalhar cortes de gastos nos orçamentos de 2024 e 2025 gerados a partir da revisão de programas do governo, disse nesta terça- -feira a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet.

Em entrevista a jornalistas no Rio de Janeiro, onde participa de eventos do G20, Simone Tebet afirmou que o detalhamento englobará cortes já anunciados anteriormente, de R\$ 9 bilhões nas contas de 2024 e de R\$ 25,9 bilhões para 2025.

Diante de um cenário de crescimento de despesas obrigatórias, analistas têm questionado o foco do governo em elevar a arrecadação em vez de cortar gastos. Diante da pressão, a equipe econômica

anunciou o plano de revisar gastos, com foco na busca de fraudes e irregularidades, evitando alterar programas e benefícios.

"Teremos os ministérios da Fazenda e do Planejamento detalhando como se dará -- e está acontecendo -- a revisão de gastos de R\$ 9 bilhões neste ano, para que possamos chegar à meta zero ainda em 2024, e como entrará no Projeto de Lei Orçamentária de 2025 o corte, a economia pela ótica de fraude, erros e irregularidades de R\$ 25,9 bilhões", disse Simone Tebet.

A ministra ressaltou que parte das medidas de revisão de despesas não precisa passar pelo Congresso, como decretos e portarias, mas também haverá casos que dependem de análise do Legislativo.

Segundo ela, essas iniciativas podem ser incluídas no relatório do senador Jaques Wagner (PT-BA) sobre a desoneração da folha salarial de setores da economia e de municípios de pequeno porte. O texto deve ser debatido em agosto.

Na entrevista, a ministra voltou a afirmar que o governo não mudará a política de ganhos reais do salário mínimo, ressaltando que também não será alterada a regra que vincula a correção de aposentadorias à do piso salarial nacional.

O ritmo acelerado da ampliação de gastos com Previdência e benefícios sociais forçou o governo a anunciar nesta semana um congelamento de verbas de ministérios para respeitar regras fiscais. (Reuters)
%

"O RAF também aponta que, embora haja relativo grau de subjetividade, o mínimo necessário para o funcionamento regular da máquina pública federal envolveria 0,7% do **PIB** para complementação do cumprimento da vinculação constitucional de gastos com saúde e educação "

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Lula defende política de valorização do salário mínimo

Buri - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu ontem a política de valorização do salário mínimo e disse que vai manter os reajustes até o fim do mandato.

Essa política, que assegura correção do mínimo pela **inflação** mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes, tem impacto, por exemplo, sobre os gastos previdenciários.

Como a Folha de S.Paulo mostrou, a **Previdência Social** terá um aumento de ao menos R\$ 100 bilhões em suas despesas nos próximos quatro anos devido à valorização do mínimo.

"Nesses dois anos [de governo] aplicamos 11% de reajuste por mérito no salário e vamos continuar, porque quando o salário aumenta o povo vira consumidor. A classe média vai vender mais", disse o presidente em um discurso no campus Lago do Sino da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) em Buri, a 220 km da capital.

"O povo consumindo mais, e os agricultores vão ter o que plantar. Vai ter mais comida barata, e a gente vai ficar mais bonitão, mais gordo", prosseguiu Lula.

Desde janeiro de 2024, o salário mínimo é de R\$ 1.412. A previsão para 2025, como mostrou a Folha de S.Paulo, é de R\$ 1.502, uma alta de 6,73% em relação ao piso atual.

Lula foi até o local anunciar um investimento de R\$ 79 milhões para UFSCar e estava diante de um público sobretudo de alunos universitários, além de militantes com bandeiras e bonés do MTST.

O presidente também reclamou da alíquota do imposto sobre herança ao comparar com os Estados Unidos. "No Brasil, ninguém faz doação porque o imposto sobre a herança é nada, é só 4%. A pessoa não tem interesse em devolver o patrimônio dela", disse Lula ao enaltecer o gesto do escritor Raduan Nassar.

Foi ele quem doou para o governo federal a fazenda de 43 hectares (quatro vezes a área do parque Ibirapuera, em São Paulo) para implantar esse campus da UFSCar. "Nos Estados Unidos, 40% da herança é de imposto. Então por lá, como imposto é alto, empresários que doam seu patrimônio para

universidade, laboratório, fundação", disse o chefe do Executivo.

Lula estava acompanhando dos ministros Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar) e Camilo Santana (Educação).

O campus de Buri contempla os cursos de biologia, administração, engenharia de alimentos, engenharia agrônômica e engenharia ambiental.

O presidente também afirmou que o Brasil está preparado para trilhar o mercado de energia limpa e chamou a transição energética de moda. "A gente tem 85% de energia limpa, vamos fazer muita coisa de eólica, solar, hidrogênio verde, que é desejo do mundo para cuidar do planeta", afirmou Lula, mas sem detalhar o plano para cada um desses segmentos.

Por fim, Lula disse para o público que tem 78 anos, sente-se um jovem e o mais otimista dos brasileiros. "Quando se tem uma causa, a gente não envelhece. Fui eleito para mostrar que o povo pobre não é o problema, é a solução", concluiu o presidente. (Carlos Petrucilo/ Folhapress) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Commodities pesam e Ibovespa recua 1%

**Maria Fernanda Salinet, Gabriel Roca e Gabriel Caldeira
De São Paulo**

Em um dia de ampla fraqueza nos mercados emergentes, os ativos domésticos voltaram a sofrer na sessão de ontem em todas as frentes. O Ibovespa anotou queda firme, afetado pelas ações ligadas a commodities; o real voltou a depreciar; e os juros futuros subiram de ponta a ponta.

A percepção de fraqueza da economia chinesa, sem o anúncio de medidas de estímulo mais fortes, tem se consolidado desde a frustração com o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre do país. Assim, participantes do mercado têm mostrado preocupações com a demanda chinesa por commodities, o que penaliza os preços do petróleo e do minério de ferro.

Nesse contexto de commodities em baixa, as ações ordinárias da Vale enfrentaram ontem a sexta queda consecutiva, ao recuarem 1,34%, enquanto os papéis preferenciais da Petrobras cederam 1,29%. O Ibovespa, assim, terminou o pregão com 126.590 pontos, ao cair 0,99%.

O estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz, aponta que, além do desempenho fraco das commodities, os juros futuros subiram muito ao longo da sessão, o que tira qualquer atratividade das ações. Ontem, a taxa do DI para janeiro de 2029 subiu de 11,935% para 12,085%. "E o governo federal tem contado com os dividendos da Petrobras nos últimos anos para a política fiscal. Se o petróleo cai muito, vai ser mais difícil cumprir meta", diz Cruz.

Nesse sentido, ainda segue no radar do mercado alguma preocupação em torno da capacidade do governo de cumprir a meta de um déficit primário zero neste ano, mesmo após o anúncio de congelamento de R\$ 15 bilhões, que foi detalhado no relatório de receitas e despesas bimestral.

"Apesar da nossa expectativa otimista em relação ao cumprimento da meta, a recente divulgação dos bloqueios e contingenciamentos deixou o governo com pouca margem de manobra até o fim do ano. Agora, ou as economias provenientes da revisão dos benefícios fiscais se mostram tão significativas quanto o governo prevê, ou a situação pode se tornar crítica", afirma o economista-chefe da Análise Econômica, André Galhardo.

"Um déficit primário acima de R\$ 28,8 bilhões, que é o limite do novo arcabouço fiscal, poderia minar a confiança no governo e causar um novo "overshooting" cambial, semelhante ao ocorrido no segundo trimestre do ano", afirma.

Na sessão de ontem, na máxima do dia, o dólar voltou a visitar o nível de R\$ 5,60, mas, depois, se mostrou mais comportado que outras moedas pares, em meio a relatos de possível fluxo de entrada de capital. No fechamento da sessão, o dólar comercial era negociado a R\$ 5,5857, em alta de 0,29%.

O desempenho do iene foi, novamente, um destaque. A valorização da moeda japonesa voltou a pressionar o real, na medida em que gerou novo desmonte de operações de "carry-trade", que consistem em tomar recursos em países com juros baixos, como o Japão, para investir em economias com taxas mais elevadas, como o Brasil. Vale notar, porém, que o real teve um desempenho mais forte que o das moedas do México e da Colômbia.

"Tenho a impressão de que quando o iene valoriza, as moedas de "carry" e de países emergentes acabam sofrendo mais, pois é um cruzamento muito comum no mercado", diz um operador de câmbio de uma gestora local em condição de anonimato. Além disso, a queda dos preços das commodities afeta não só a bolsa, mas também a dinâmica do câmbio.

Em relatório enviado a clientes, os estrategistas do Wells Fargo apontam para a possibilidade de que o dólar tenha um período prolongado de fortalecimento em nível global, em especial devido à chance de que os republicanos não só vençam as eleições presidenciais, como também tomem o controle das duas casas do Congresso americano.

Além da política comercial mais restritiva já sinalizada por Donald Trump, o banco americano aponta para a possibilidade de uma política fiscal mais custosa que pode pressionar ainda mais o já apertado déficit dos EUA. "Uma política fiscal mais expansiva poderia anular uma parte da desaceleração econômica dos EUA que prevemos atualmente e, também acompanhada de taxas de juros mais altas, forneceria um período mais longo de apoio à força do dólar", dizem.

12,08% foi o nível de fechamento do DI de janeiro de 2029

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187936>